

# AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

BOLETIM DA DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

## SUMÁRIO

SITUAÇÃO DO CAFÉ E A FORMULAÇÃO DO PLANO DA SAFRA DE 1964/65 .....	1
ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	15
CUSTOS AGRÍCOLAS EM SÃO PAULO — Safra de 1963/64 .....	31
NOVOS PREÇOS MÍNIMOS FIXADOS PARA A SAFRA 1963/64 .....	43
ESTATÍSTICAS GLOBAIS DA AGRICULTURA PAULISTA: Renda bruta da agricultura no período 1948/63 em milhões de cruzeiros de valores correntes, em milhões de cruzeiros por produto, de valores constantes Cr\$ de 1948/52. Índices de renda real, de volume produzido, de preços agrícolas no atacado, de preços agrícolas recebidos pelos lavradores .....	47

ANO XI

N.º 5

MAIO 1964

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

SECRETARIA DA AGRICULTURA

ESTADO DE SÃO PAULO

# “AGRICULTURA EM SÃO PAULO”

Boletim da Divisão de Economia Rural

Rua Anchieta, 41 — 10.º andar — Caixa Postal, 8083

São Paulo — Brasil

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

DIRETOR: Eng.º Agr.º RUBENS ARAÚJO DIAS

## S E C Ç Õ E S

### *Política da Produção Agrícola*

Eng.º Agr.º Constantino C. Fraga - Chefe  
Eng.º Agr.º Claus F. T. de Freitas  
Eng.º Agr.º Antônio D. Piteri  
Eng.º Agr.º Antônio Guedes B. Campos  
Eng.º Agr.º Cesar Augusto Canto

### *Organização de Empresas Agrícolas*

Eng.º Agr.º O. J. Thomazini Ettore - Chefe  
Eng.º Agr.º Paul Frans Bemelmans  
Eng.º Agr.º Milton Alberto Moysés  
Eng.º Agr.º M. J. Martins Falcão  
Eng.º Agr.º Fernando Teixeira Torres  
Eng.º Agr.º Luiz Matteu Pellegrini

### *Análise de Mercados e Preços*

Eng.º Agr.º Mauro de Souza Barros - Chefe  
Eng.º Agr.º Luiz do Rêgo Monteiro  
Eng.º Agr.º Pérsio C. Junqueira  
Eng.º Agr.º Everton Ramos de Lins  
Eng.º Agr.º Arlindo Borba Oliveira  
Eng.º Agr.º Natanael M. dos Anjos  
Eng.º Agr.º Flávio Condé de Carvalho  
Eng.º Agr.º Luiz Alberto Moreira Ferreira  
Eng.º Agr.º Domingos Desgualdo Netto

### *Análise de Custo e Rendas Agrícolas*

Eng.º Agr.º Antônio A.B. Junqueira - Chefe  
Eng.º Agr.º Cyro Okamoto  
Eng.º Agr.º Caio Takagaki Yamaguishi

### *Comercialização*

Eng.º Agr.º J. M. Fonseca Lima - Chefe  
Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira  
Eng.º Agr.º Jorge Demétrio Issa  
Eng.º Agr.º Antônio Ambrósio Amaro  
Eng.º Agr.º Paulo David Criscuolo

### *Levantamentos Econômicos*

Eng.º Agr.º Salomão Schattan - Chefe  
Eng.º Agr.º Maria de Lourdes C. Arruda  
Eng.º Agr.º Milton Nogueira de Camargo

### *Previsão de Safras e Cadastro*

Eng.º Agr.º Fernando S. Gomes Jr. - Chefe  
Eng.º Agr.º Luiz Henrique de O. Piva

## DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: — Eng.º Agr.º Mário Decourt Homem de Mello

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

# SITUAÇÃO DO CAFÉ E A FORMULAÇÃO DO PLANO DA SAFRA DE 1964/65

Eng.º Agr.º RUBENS ARAÚJO DIAS

## SITUAÇÃO MUNDIAL

O desenvolvimento da situação mundial de café sofreu uma inversão a partir da safra de 1963/64, pela quebra da continuidade de safras sempre superiores às necessidades de consumo. Assim, se obteve, nessa safra, uma produção exportável em um nível inferior ao do quadriênio de 1959/62, quando se produzia, em média, cerca de 60 milhões de sacas. Aquela inversão deverá se mostrar ainda mais nítida no decorrer da safra de 1964/65, pois em virtude da drástica redução da safra brasileira, deveremos ter uma pequena safra mundial, inferior mesmo a 40 milhões de sacas.

O consumo mundial de café vem aumentando significativamente nos últimos anos, a uma taxa anual em torno de 3%. Os dados de importação mundial indicativos dos de consumo, atingiram em 1963 a um nível recorde de pouco mais de 48 milhões de sacas, prevendo-se que no corrente ano se ultra-

passar os 50 milhões de sacas.

Assim, em duas safras consecutivas ter-se-á produções exportáveis inferiores às importações, podendo-se, em consequência, esperar reduções nos estoques remanescentes, da ordem de 12 a 13 milhões de sacas.

Os dados apresentados no Quadro I referentes à produção e importações mundiais apontam essa situação e destacam a decidida influência que as colheitas brasileiras têm no volume total produzido, embora se deva salientar que na safra de 1963/64, pela primeira vez na história cafeeira, a produção exportável do Brasil foi suplantada por uma de outra região (no caso pela África), fato êsse aliás, que deve se repetir na safra seguinte de 1964/65.

Em face dessa situação e a despeito dos ainda pesados estoques que são carregados — principalmente pelo Brasil — verificou-se, a partir de setembro de 1963, um movimento de alta nas cotações internacionais

QUADRO I  
*Situação Mundial do Café*  
*em milhões de sacas de 60 kg*

Países	Médias			Safras Comerciais			
	1953/54 a	1958/59 a	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64(2)
	1957/58	1962/63					
<b>I — Produção Exportável</b>							
Brasil(1) .....	16,4	26,6	37,9	23,8	29,7	21,8	14,8
Colômbia .....	5,8	6,8	7,0	7,0	6,8	6,5	6,3
Fedecame .....	6,7	8,5	8,7	8,1	9,5	8,9	8,9
África .....	7,3	12,6	12,0	13,3	11,8	15,3	15,3
Ásia e Oceania .....	1,2	2,0	1,7	2,4	2,1	2,3	2,5
Total .....	37,4	56,5	67,3	54,6	59,9	54,8	47,8
					<b>Anos Cíveis</b>		
	1954 a	1959 a	1960	1961	1962	1963	1964
	1958	1963					
<b>II — Importações</b>							
Estados Unidos .....	19,8	23,2	22,1	22,4	24,5	23,8	...
Europa .....	12,3	17,8	17,0	17,8	18,5	20,2	...
Outros .....	2,9	3,7	3,5	4,0	4,0	4,2	...
Total .....	35,0	44,7	42,6	44,2	47,0	48,2	50,0
<b>III — Diferença (I — II) .....</b>							
	+ 2,4	+ 11,8	+ 24,7	+ 10,4	+ 12,9	+ 6,6	— 2,2

FONTES: Bureau Pan-Americano de Café, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, "Complete Coffee Coverage" e I. B. C..

(1) Retirando-se da produção registrada o total destinado ao consumo interno.

(2) Dados preliminares ou previsões.

de café, que se desenvolveu simultaneamente com uma intensificação nas importações mundiais nos últimos meses de 1963,

provocando inclusive um aumento nas cotas previstas pelo Convênio Internacional de Café.

### SITUAÇÃO NO BRASIL E EM SÃO PAULO

Como tradicionalmente ocorre, coube ao Brasil uma parcela ponderável dos fatores que determinaram essa mudança na situação mundial do produto. Aliás, cabe ser mais uma vez salientado que uma análise mais precisa da situação do café no Brasil é bastante dificultada pela demora e mesmo inexistência de estatísticas oficiais, principalmente a respeito do volume de estoques, tanto em poder do Governo, como em mãos de particulares, bem como sobre o volume de vendas feitas pelo I. B. C. de cafés destinados ao consumo interno e industrialização. Os últimos levantamentos dos estoques em poder do Governo referem-se ao início da safra de 1961/62 (montavam então a 49,0 milhões de sacas) e em data um pouco posterior — 31 de março de 1962 — quando foi procedido a um levantamento mais detalhado, tendo sido constatada a existência de 53,1 milhões de sacas.<sup>(1)</sup> Levando-se em conta êsses elementos e baseados em dados oficiais e officiosos do I. B. C. e em previsões sobre os dados omissos, apresentamos no Quadro II uma estimativa da situação estatística do café no

Brasil que nos permite uma visão mais objetiva do problema.

Por êsses elementos verifica-se que apesar da contínua elevação que vinha ocorrendo nos estoques de início da safra o suprimento do ano cafeeiro de 1963/64 foi inferior aos das duas últimas safras, devido à menor produção verificada. Essa situação, aliada às boas exportações constatadas nesse último período, determinou uma redução ainda mais significativa nos estoques finais. Assim, em 30 de junho de 1964 deve-se ter um estoque em torno de 56,9 milhões de sacas, inferior em 5 milhões ao existente há um ano atrás.

Dêsse modo, na safra entrante, deveremos ter uma queda sensível no suprimento de cafés brasileiros, tanto em vista dos menores estoques iniciais, como principalmente pela reduzida produção, motivada pela forte geada que atingiu em início de agosto os cafêzais paranaenses e pela intensa estiagem que castigou severamente os cafêzais de São Paulo e demais Estados cafeeiros. Assim, as primeiras previsões da colheita paulista indicam uma produção de apenas 2,1 milhões de sacas,

---

(1) Segundo se noticiou, os estoques em poder do I. B. C. em 31 de março de 1962, eram assim constituídos: — café de mercado, tipo 7 para melhor: 36 milhões de sacas; café de consumo interno: 12,1 milhões; cafés da série retida reversível: 4,4 milhões e café expurgo: 600 mil sacas.

QUADRO II

*Situação Estatística do Café no Brasil  
em milhões de sacas de 60 kg*

<i>Itens</i>	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64
1 — Estoque inicial .....	24,0	44,0	51,7	57,0	61,9
2 — Produção registrada	43,8	29,8	35,9	28,3	21,5
A — SUPRIMENTO (1 + 2) .....	67,8	73,8	87,6	85,3	83,4
3 — Exportação exterior	17,9	16,1	17,4	16,9	19,8
4 — Consumo interno ...	5,5	5,5	5,7	6,5	6,7
5 — Industrialização ...	0,4	0,5	0,5	—	—
6 — Eliminação de ex- purgo .....	—	—	7,0	—	—
B — CONSUMO GERAL (3+4+5+6) ..	23,8	22,1	30,6	23,4	26,5
C — ESTOQUE FINAL (A+B)	44,0	51,7	57,0	61,9	56,9

FONTE: I. B. C. — Informações oficiais e previsões.

sendo o total brasileiro estimado em cerca de 9/10 milhões de sacas. Em vista, porém das exíguas colheitas esperadas, os agricultores retiveram parte de suas produções, o que deve elevar o total a ser registrado, na safra de 1964/65, a 13/14 milhões de sacas. Admitindo-se esse cálculo, teríamos, então, uma disponibilidade total em torno de 70 milhões de sacas, inferior em 13,4 à verificada na safra anterior. Em face dessa situação, produção plenamente insuficiente para atender o consumo, devemos terminar a safra de 1964/65, com estoques bem mais reduzidos que nas últimas safras, em torno talvez de uns 43/45 milhões de sacas, em nível só atingido há 5 anos passados.

Os fatores que determinaram essa favorável alteração na situação estatística apresentam,

no entanto, um aspecto negativo, pois a redução ocorrida nas safras se resume numa quebra sensível no rendimento agrícola, cujos prejuízos, do ponto de vista dos lavradores individuais, dificilmente poderão ser compensados por aumentos nos preços internos do café. Assim, na safra de 1964 deverão, em São Paulo, ser obtidos apenas 135 kg por hectare (menos de 11 arrôbas ou 2,7 sacas de café beneficiado por 1 000 pés) em confronto com os 517 kg por hectare (41 arrôbas por mil pés) conseguidos na colheita de 1963. De outro lado, a anterior deterioração que vinha ocorrendo na situação estatística ocasionara reflexos danosos no nível de preços recebidos pelos cafeicultores e portanto nas rendas brutas e líquidas do café. A esse respeito, pode-se dizer que os preços reais do café (em

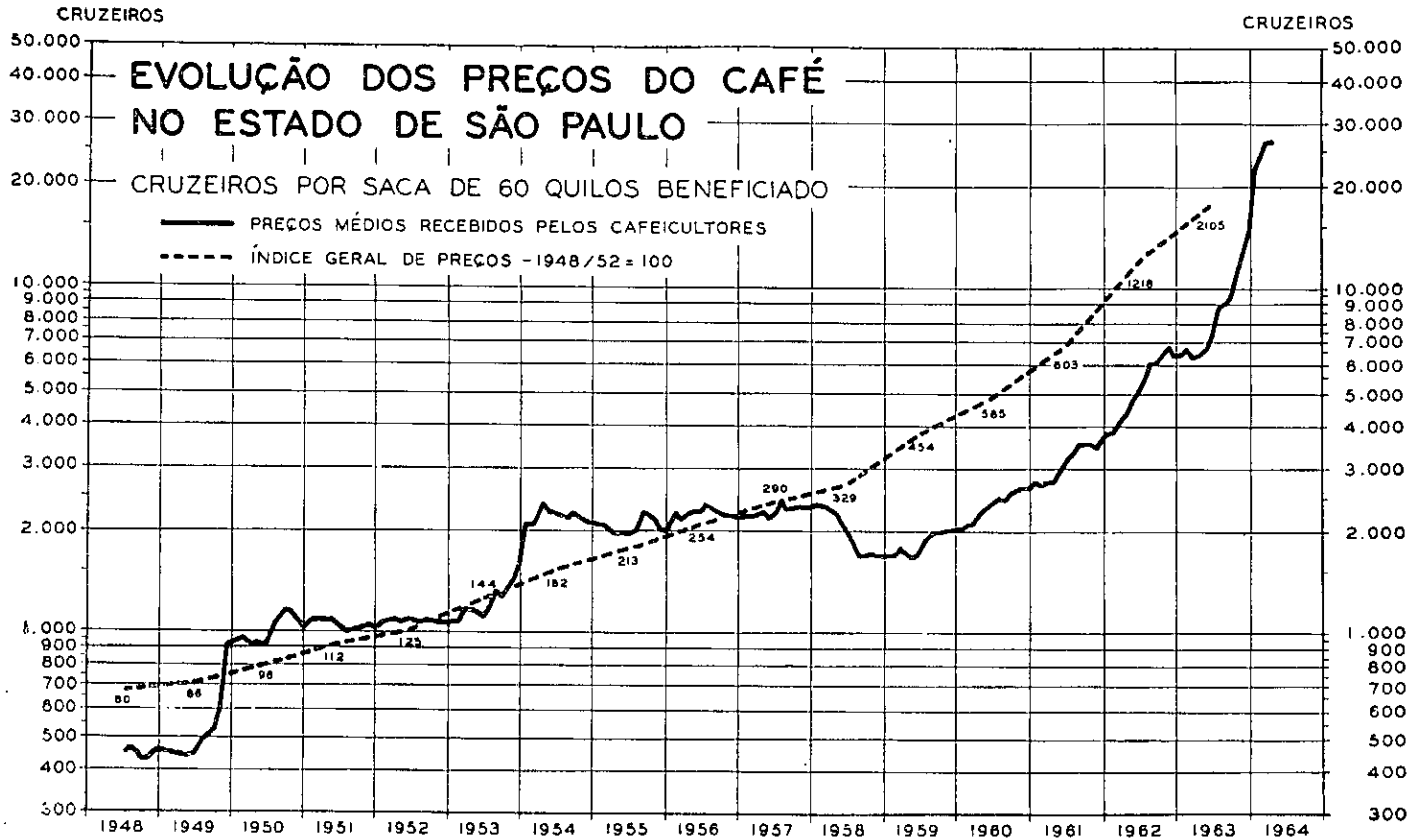
QUADRO III

*Evolução dos Preços de Café no Interior de São Paulo*

Média de quinquiênios e anos	Preços médios recebidos pelos lavradores				Índices de preços Agrícolas em S. Paulo			Índice ge- ral de preços no Brasil(1)
	Preços correntes		Preços em moeda de valor constante		Geral (24 prod.)	Geral sem café (23 prod.)	Produtos alimentícios cons. interno (12 prod.)	
	Cr\$/60 kg	Índices	Cr\$/1948/52 por 60 kg	Índices				
1948/52 .....	838	100	838	100	100	100	100	100
1952/57 .....	2 060	246	963	115	226	218	236	217
1958/62 .....	3 200	382	469	56	618	735	810	678
1954 .....	2 200	263	1 200	143	204	176	190	182
1955 .....	2 130	254	1 000	119	231	220	241	213
1956 .....	2 280	272	898	107	259	252	271	254
1957 .....	2 360	282	814	97	283	285	301	290
1958 .....	1 720	205	523	62	282	319	351	329
1959 .....	1 930	230	425	51	370	438	487	454
1960 .....	2 590	309	443	53	516	617	661	585
1961 .....	3 570	426	445	53	726	874	930	803
1962 .....	6 190	739	508	61	1 198	1 425	1 620	1 218
1963 .....	10 500	1 253	499	59	1 956	2 300	2 550	2 105

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Calculado a partir do "índice 2" da "Conjuntura Econômica".





moeda de valor constante) depois de acusarem ganhos ponderáveis em 1954 e 1955 vinham perdendo substância ano após ano, sendo de notar que nem mesmo os ponderáveis aumentos de preços (em termos de moeda corrente) verificados, em média nas últimas safras — Cr\$ 10 500 na safra de 1963 contra 6 190 cruzeiros na de 1962 e 3 570 em 1961 — foram em proporção suficiente para alterar de forma mais significativa essa tendência. Assim, os preços reais médios obtidos em 1963 foram apenas 59% dos auferidos em média no período de 1948/52 (veja Quadro III e Gráfico 1). Aliás a situação de inferioridade dos preços internos do café pode ser melhor avaliada pela comparação de seus índices de preços correntes (1 253 em 1963) com o Índice Geral de Preços no Brasil nesse mesmo ano (2 105) e com o Índice de Preços Agrícolas de São Paulo, especialmente quando se retira o café de seu cálculo: 1 956 e 2 300 respectivamente (veja Quadro III). E estariam em desvantagem ainda maior se compararmos com a evolução dos preços dos “produtos alimentícios de consumo interno” da agricultura paulista, que em 1963 apresentou um índice de 2 550, sempre em relação ao mesmo período básico de... 1948/52.

Aliás, só mesmo as acentuadas altas ocorridas nos últimos meses, principalmente de janei-

ro para cá, é que representaram uma recuperação efetiva nos preços do café, pois os Cr\$ 26 500 conseguidos pelos lavradores em suas vendas em março último, expressos no valor da moeda de 1948/52 representam cerca de 775 cruzeiros, ou seja cerca de 92% do conseguido, em média, pelos cafeicultores no citado quinquênio.

Por essas comparações se evidencia que os preços internos de café estavam em situação muito inferior aos demais produtos agrícolas, não tendo acompanhado a evolução determinada pela situação inflacionária que vem afetando nossa economia.

Essa situação aliás, vinha provocando um acentuado desinteresse pela lavoura cafeeira, o que pode ser constatado pelas massivas erradicações verificadas. Assim, de acordo com dados levantados pela Divisão de Economia Rural, no Estado de São Paulo foram eliminados 455 milhões de pés de café em 1962 e 1963. Para o Brasil, segundo dados do GERCA, até fins de 1963 já tinham sido abrangidos 587 milhões de pés pelo programa de erradicação daquele órgão, sendo de notar que é ponderável a eliminação não incluída no citado programa (em São Paulo de um total de 455 milhões de pés eliminados, 210 milhões, ou seja cerca de 46% foram erradicados dentro dos programas do GERCA.<sup>(2)</sup>

---

(2) Os dados referentes à erradicação dentro do programa do GERCA dizem respeito ao período de julho de 1962 a dezembro de 1963.

No entanto, apesar dessas erradicações, o total de cafeeiros existentes no Brasil devem ainda montar a cêrca de 3 bilhões de pés, dos quais 1 300 milhões

no Paraná e 770 milhões em São Paulo, cafeeiros êsses que devem produzir, em anos normais, colheitas em tôrno de 30 milhões de sacas.

## POLÍTICA CAFEIEIRA PARA A NOVA SAFRA

Considerando a situação estatística acima exposta, tanto no setor mundial como no interno, pode-se destacar alguns pontos de importância ao se tratar da política a ser indicada para a nova safra.

a) *Política cafeeira externa* — Embora nestes meses de véspera e início de safra de pequena produção seja pouco provável um movimento de preços descendentes no mercado mundial, deve-se salientar que em vista das características já bem determinadas — posição dominante do Brasil no mercado mundial, inelasticidade dos preços do café na grande maioria dos mercados — é de todo o interesse para a economia do País a efetivação de uma política de sustentação dos preços mundiais do produto. Aliás, a medida que a safra de 1964/65 for ocorrendo e caso não se verifiquem novas condições adversas para a futura colheita de 1965, poderá o mercado acusar situação favorável à declínio de preços. Assim, ressalta-se a importância da tomada de medidas visando impedir movimentos anormais dos preços mundiais do produto, quer no setor interno por um efetivo sistema de garantia de preços e pelo contrôle dos negócios de exportação, como no âmbito do

“convênio internacional”, contribuindo-se para a fixação de adequadas cotas de exportação. As recentes alterações que se verificaram nos preços do café e na receita cambial só vieram mais uma vez comprovar que a mudança no nível das cotações mundiais do café atua de maneira muito sensível no valor global de nossas exportações, o que significa prejuízos apreciáveis para a economia da Nação em decorrência da queda significativa nos preços do café.

b) *Política cafeeira interna* — Apesar da intensa erradicação de cafeeiros que se verificou nos últimos anos, deve-se reconhecer que fatores ocasionais — condições climatéricas desfavoráveis por dois anos consecutivos — são os principais responsáveis pela drástica diminuição ocorrida na produção brasileira no último biênio. Assim, a melhoria que se verificou na posição estatística pode se mostrar passageira e na ausência de novos contratemplos, e com a vigência de preços mais favoráveis poderemos voltar brevemente a uma fase de contínuas acumulações de estoques.

Face essa situação e paralelamente à instituição do novo regulamento de embarques e esquema financeiro da nova sa-

fra, deve o Governo Federal formular uma política cafeeira mais ampla e a mais longo prazo. Essa política que poderia ser instituída através do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), deveria inclusive visar o controle da produção, procurando-se evitar a repetição de novas "corridas" para o café. Assim, poder-se-ia, inicialmente, impor severas limitações ao plantio de novos cafezais, chegando-se mesmo à proibição da formação indiscriminada de novas plantações em zonas reconhecidamente desfavoráveis. Deveriam ser apenas permitidos plantios em substituição aos cafezais erradicados e somente nas zonas previamente aprovadas como recomendáveis, podendo inclusive se prever a cessão de "direitos de plantio" de uma zona desfavorável para as aconselháveis. Ao mesmo tempo, procurar-se-ia, estabelecer condições mais atuantes de erradicação (através de maiores estímulos ou pela diminuição do crédito de custeio) para os cafezais localizados nessas zonas desfavoráveis ou que se apresentam normalmente em precárias condições de produção. De outro lado, dever-se-ia atuar positivamente no incentivo ao estabelecimento de uma cafeicultura racional fundada principalmente nas zonas de produção mais aconselháveis.

No entanto, a efetividade dessas medidas fica ainda muito

na dependência das perspectivas de rentabilidade que a cultura apresentar. Em outras palavras, as decisões dos lavradores em procederem a essas eliminações ou mesmo para estabelecerem novas plantações irão ficar, em grande parte, vinculadas ao nível de preços que prevalecerá para o café. Embora se deva reconhecer que em vista da possível transitoriedade da atual situação estatística, seria desaconselhável a concretização de uma acentuada melhoria de preços, também a sua fixação em níveis baixos, além dos efeitos prejudiciais sobre o setor agrícola pela acentuada diminuição da renda da cafeicultura, terá um efeito danoso mesmo para as lavouras de mais alto rendimento que terão o seu trato prejudicado, o que é ainda mais grave no corrente ano agrícola. Isso porque os lavradores diminuirão o investimento de capital na forma de adubos, máquinas, combate à erosão, etc., ocorrendo, portanto, um decréscimo generalizado de produtividade, o que em última análise significará prejuízo para a economia do País.

Como se vê, a determinação do nível de preços a prevalecer para o café e que é ponto de maior importância no delineamento da política cafeeira, constitui questão bastante complexa. Em anos normais, uma análise das despesas de produção em lavouras de diferentes níveis de produtividade<sup>(3)</sup> tem

---

(3) Veja "Agricultura em São Paulo", n.ºs 7/12 — 1963, págs. 8-12; maio de 1962, págs. 12 a 15 e maio de 1961, págs. 37-56.

se constituído em elemento de grande valia para essa determinação. Nesses anos, de um modo geral, tem se proposto preços que permitam a manutenção de lavouras com produtividades normais em tórno de 50 arrôbas por mil pés. E a esses preços propostos, as lavouras de menos produtividade ficavam em condições desvantajosas, enquanto que as lavouras de maior rendimento apresentavam condições para uma mais adequada remuneração aos fatores de produção empregados. Neste ano, no entanto, como já foi salientado um preço nessas condições seria altamente insatisfatório, dada a generalização de baixos rendimentos agrícolas, ficando assim em condições desfavoráveis de remuneração uma faixa muito larga de cafeeiros. E isso em uma safra em que ocorreram altas significativas no custeio, tanto no referente aos preços de utilidades compradas como principalmente no setor de mão de obra que usualmente representa cêrca de 50 a 65% do total das despesas diretas, conforme o tipo de lavoura. Pelos elementos apresentados no Quadro IV pode-se avaliar as modificações de preços que ocorreram nos últimos anos. Além disso, deve-se salientar que a entrada em vigor do "Estatuto do Trabalhador Rural", vem acarretando novos encargos e dificuldades aos empresários agrícolas, não só pelo aumento de salários, mas também pela necessária adaptação que tem de ocorrer nas relações entre empregadores e empregados.

Assim, pode-se considerar que para a safra de 1964/65 se deva adotar um preço que atenda pelo menos as lavouras de 25 arrôbas por mil pés. Os dados apresentados no Quadro IV e no Gráfico 2 fornecem elementos para essa determinação. No Gráfico em questão, além das linhas de rendas brutas por mil pés, obtidas a vários preços de café no interior e a vários níveis de rendimento agrícola, são apresentadas curvas de custos de produção de dois tipos de lavouras — sem adubação química e com adubação. Além disso, na faixa superior do Gráfico foram incluídas curvas de remuneração, em que se admite um pagamento considerado "mínimo razoável" aos fatores utilizados no processo produtivo, ou seja, ao capital, terra e ao empresário agrícola.

Pela observação do citado Gráfico chega-se a conclusão que um preço entre 35 e 40 mil cruzeiros por saca de café beneficiado, permite cobrir as despesas de produção de uma lavoura de 25 arrôbas, deixando uma margem pequena para a remuneração aos fatores. A medida que o nível de rendimento for melhor se conseguiria um montante maior para mais adequada remuneração aos fatores empregados. E nas lavouras de baixo rendimento, conforme o caso, não se disporia de recursos nem mesmo para cobrir as despesas de produção, como se vê no Gráfico 2 na linha referente às lavouras de 12,5 arrôbas por mil pés que tenham estrutura de custo semelhante à apresentada.

QUADRO IV

Valores de Diversos Itens de Custo na Produção de Café

Itens	Média nas safras		Em abril de 1964	Aumento em relação à safra 1962/63	
	1962/63	1963/64		Safra 63/64 %	Abril 1964 %
<i>C r u z e i r o s</i>					
a) <i>Em lavouras de 25 arrôbas por 1 000 covas:</i>					
Despesas com mão de obra(*)	38 900	101 100	—	160	—
Despesas gerais de produção(**)	65 500	174 700	—	167	—
Despesas gerais da produção mais remuneração aos fatores(***)	131 000	294 900	—	125	—
b) <i>Em lavouras de 50 arrôbas por 1 000 covas:</i>					
Despesas com mão de obra(*)	45 500	123 300	—	171	—
Despesas gerais de produção(**)	103 600	244 100	—	136	—
Despesas gerais de produção mais remuneração aos fatores(***)	180 200	377 100	—	109	—
c) <i>Itens diversos:</i>					
Diária de trabalhador	445	1 255	1 525	182	243
Burro	32 000	45 000	72 400	41	126
Carroça	40 000	65 000	80 000	62	100
Saco de colheita	200	500	800	150	300
Sulfato de amônio	37	45	85	22	130
Superfosfato simples	23	30	50	30	117
Cloreto de potássio	41	46	80	12	95

FONTE: Divisão de Economia Rural.

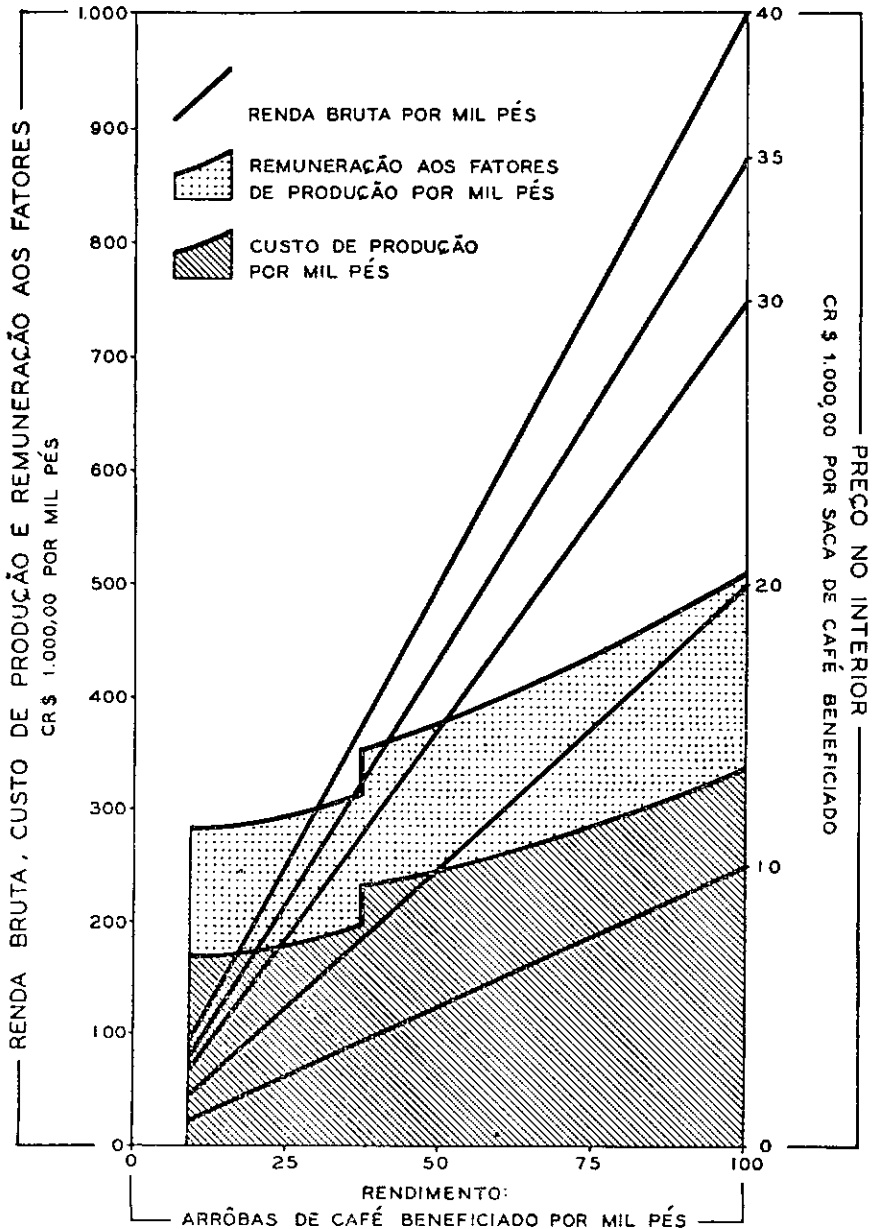
(\*) Mão de obra empregada na lavoura.

(\*\*) Inclusive beneficiamento do café nas máquinas e mão de obra empregada na lavoura.

(\*\*\*) Fatores: capital (fixo e de exploração), empresário e terra.

# C A F É

RENDA BRUTA, CUSTO DE PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO  
AOS FATORES A DIVERSOS NÍVEIS DE RENDIMENTO E  
PREÇO - 1963/64



DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

Assim, uma vez estabelecido o preço base, dentro da citada variação, poder-se-ia determinar preços para as várias qualidades e para os cafés das duas principais zonas do País, ou se-

já, a zona de melhor qualidade — São Paulo, Paraná e Sul de Minas — e a de pior qualidade — Espírito Santo, Estado do Rio e Zona da Mata em Minas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como medida imprescindível ao pleno funcionamento do sistema de defesa dos preços no mercado interno (e de fundamental importância no exterior), o I. B. C., a exemplo da última safra, deverá desde o início da safra estar presente no mercado (portos e Interior), adquirindo os vários tipos de café aos preços previamente estipulados para o final da safra, podendo-se prever tabelas de

defasagens (conforme os meses) para as compras antecipadas. Dêsse modo, ter-se-ia um preço mínimo efetivo no Interior, o que é essencial para se obter maior sucesso na estabilização das cotações externas, porque coloca um limite na possibilidade dos exportadores fazerem ofertas cada vez mais baixas quando ocorre uma temporária paralização nas vendas externas.

# ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Eng.º Agr.º EVERTON RAMOS DE LINS

## INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo com uma produção anual de mamona da ordem de 1 200 000 sacas de 50 kg, disputa com Pernambuco a posição de segundo produtor do País. Em primeiro lugar situa-se o Estado da Bahia com quantidade aproximadamente dupla da produção paulista.

No quadro I, incluímos, a título informativo, a evolução das produções de mamona e de óleo de mamona em São Paulo, nos últimos 10 anos, em que se verifica no total um aumento das safras, que tomou impulso a partir de 1961.

## QUADRO I

*Produção de Mamona e Óleo de Mamona em São Paulo em toneladas*

<i>A n o s</i>	<i>Mamona</i>	<i>Óleo de mamona</i>
1948/52 (Média) ....	50 020	12 393
1954 .....	36 200	19 019
1955 .....	27 600	18 247
1956 .....	23 700	16 292
1957 .....	39 300	25 681
1958 .....	45 700	34 070
1959 .....	39 550	36 202
1960 .....	36 053	18 256
1961 .....	59 730	35 624
1962 .....	67 250	36 152
1963 .....	65 000	...

FONTE: Divisão de Economia Rural e Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.



Embora não seja o primeiro produtor de bagas de mamona, São Paulo ocupa o primeiro lugar em produção de óleo de mamona (quadro II). Isso se dá, devido às bagas que se importam de outros Estados para serem aqui industrializados. O Paraná com suas culturas instaladas na parte setentrional e possuindo uma produção anual aproximada de 300 000 sacas de

50 kg, é o que mais se destaca como exportador de mamona para São Paulo. Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e, esporadicamente mesmo Ceará (via marítima) também têm contribuído para abastecimento de algumas fábricas de óleo de mamona de São Paulo, de acordo com levantamento realizado junto às indústrias de óleo de mamona.

#### QUADRO II

*Produções de Bagas e de Óleo de Mamona dos Principais Estados Produtores e do Brasil em toneladas*

	1959		1960		1961	
	Mamona	Óleo	Mamona	Óleo	Mamona	Óleo
São Paulo .....	39 550	36 202	36 053	18 256	59 730	35 624
Bahia .....	62 912	17 883	103 600	14 900	101 581	32 990
Pernambuco .....	30 093	15 339	37 348	11 501	26 800	22 396
Outros .....	52 489	6 873	54 125	9 724	63 853	14 087
Brasil .....	185 044	76 297	231 126	54 381	251 964	105 097

FONTE: IBGE e, para o Estado de São Paulo, Divisão de Economia Rural.

Na região do Estado de São Paulo são cultivadas preponderantemente as variedades anãs. O plantio é feito na época das águas, de setembro a dezembro e mesmo janeiro, embora a experimentação racional tenha indicado os meses de setembro e outubro como os mais recomendados. A colheita é feita a partir do mês de maio prolongan-

do-se até agosto. Em alguns municípios ocorre o que se chama "safrinha" por volta de janeiro, proveniente de culturas que as vezes deixam de ser arrancadas após a primeira colheita. E' contudo de baixa expressão na produção do Estado o montante dessa segunda colheita.

#### LOCALIZAÇÃO DAS LAVOURAS E DAS FÁBRICAS DE ÓLEO

Considerando a divisão do Estado nas 45 Delegacias Regionais Agrícolas, as de Bebedou-

ro, Jaú, Barretos, Dracena, Cantanduva, Fernandópolis, Santo Anastácio, Ribeirão Preto, São

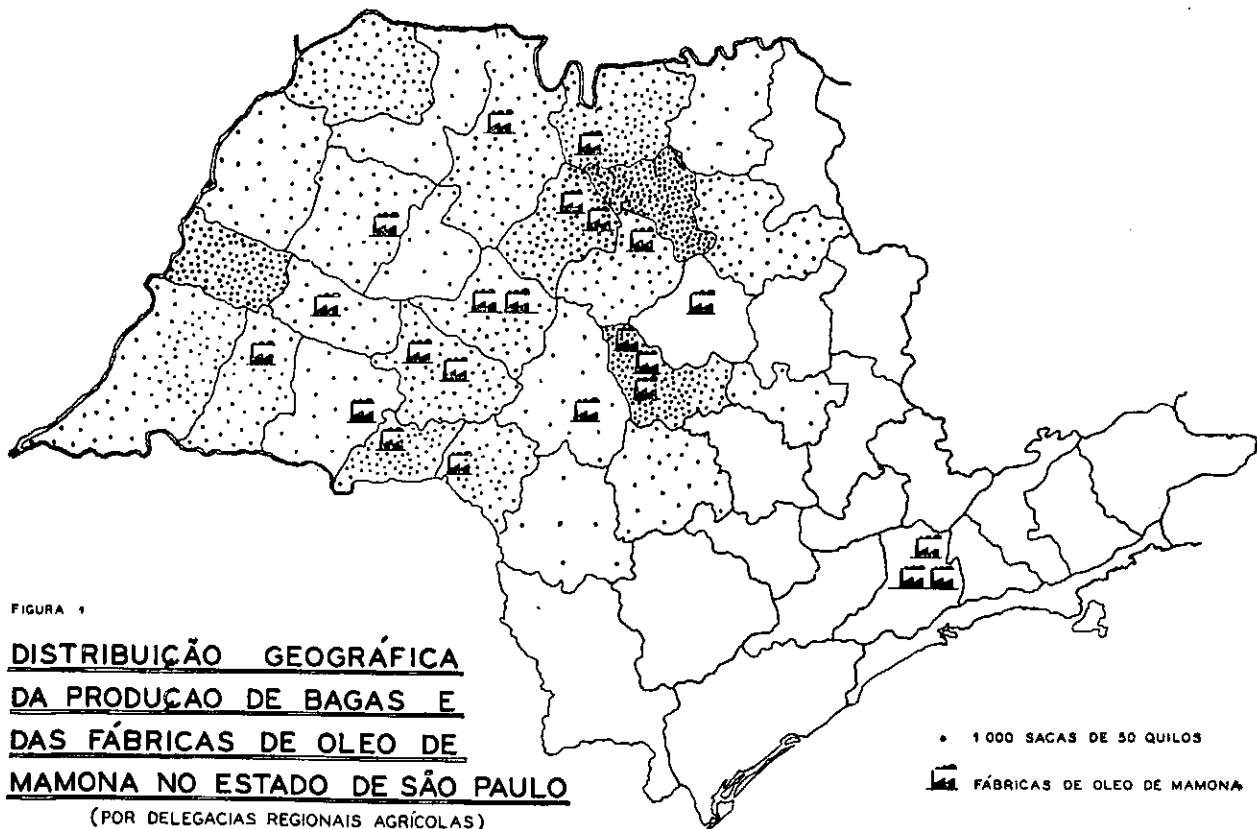
José do Rio Prêto, Assis, Tupã, Marília, Taquaritinga, Presidente Prudente, Santa Cruz do Rio Pardo, Andradina e de Aracatuba, são as que se situam como mais importantes, com produções superiores a 25 000 sacas de 50 kg (Figura 1). Cabe lembrar que uma Delegacia Regional abrange mais de um município razão porque as vèzes ocorrem Delegacias classificadas entre as de grande produção de mamona apresentando o município séde com produção insignificante. Os municípios de Altair, Bariri, Ribeirão Prêto, Marília, Mirante do Paranapanema, Palmital, Tanabi, São Manoel e de Itajú, apresentam produções superiores a 20 000 sacas de 50 kg.

A maioria das fábricas de óleo de mamona localizam-se no interior do Estado, nas zonas produtoras de bagas. Isto facilita às mesmas o suprimento de matéria prima e, numa segunda fase, a distribuição da torta à agricultura, para uso na adubação.

Segundo levantamento preliminar que realizamos, São Paulo possui cerca de 50 fábricas de óleos vegetais, das quais 23 dedicam-se à industrialização de mamona. Dentre estas há as que trabalham apenas com mamona e as que embora evitando mudança de matéria prima pelo incômodo que isso representa (limpeza cuidadosa das instalações fabrís), são levadas a fazê-lo nas épocas do ano em que a mamona escasseia. A capacidade total de esmagamento das fábricas que produzem óleo de

mamona é estimada em cerca de 1 500 t. de bagas por dia, isso se trabalhassem só com mamona.

Merece lembrar que existe grande variação entre as fábricas quanto à capacidade de esmagamento. Assim, podem ser agrupadas da seguinte forma: (a) 3 (três) fábricas com capacidade de esmagamento compreendida entre 150 e 200 toneladas de bagas por dia. Estas localizam-se nos municípios de Araraquara, Birigui e Paraguassú Paulista. Nenhuma destas é dedicada exclusivamente à fabricação de óleo de mamona, usando também outras oleaginosas; (b) 4 (quatro) fábricas com capacidade de esmagamento compreendida entre 100 e 150 toneladas por dia, localizadas em São Paulo, Baurú, Monte Alto e Agudos. As de São Paulo e Agudos dedicam-se com exclusividade à produção de óleo de mamona; (c) 16 (dezesseis) fábricas com capacidade de esmagamento inferior a 50 toneladas por dia, localizadas; 2 (duas) em São Paulo, 1 (uma) em Presidente Prudente, 2 (duas) em Cafelândia 1 (uma) em Salto Grande, 2 (duas) em Catanduva, 1 (uma) em Tanabi, 1 (uma) em Assis, 1 (uma) em Pompéia, 1 (uma) em Olímpia, 1 (uma) em Jaú, 1 (uma) em Bocaina, 1 (uma) em Osvaldo Cruz, e 1 (uma) em Marília. Na figura 1 está representada a distribuição das fábricas de óleo de mamona do Estado, por Delegacias Regionais Agrícolas.



## ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO

### 1. BAGAS DE MAMONA

O mecanismo da comercialização se movimenta no sentido de colocar as bagas junto às Indústrias esmagadoras de mamona. Os lavradores transacionam a mamona produzida tanto diretamente com as fábricas como com atacadistas, vigorando a primeira modalidade em zonas próximas de indústrias de óleo, e a segunda nas zonas mais distantes.

Nos municípios onde localizam-se fábricas de óleo, embora observe-se as vêzes atuação de comerciantes intermediários não se registra diferença significativa num dado momento entre o preço pago pelas fábricas e o pago pelos comerciantes. Estes últimos, no caso, têm sua possibilidade de lucro assegurada apenas por possível diferença de preço de uma praça para outra, ou no estocamento do produto quando uma alta dos preços é prevista pelos mesmos, razão por que a atuação do intermediário é bem mais frequente nos municípios onde não existem fábricas. Os intermediários (por vêzes ocorre mais de um entre a lavoura e a indústria), comumente são atacadistas de cereais ou beneficiadores de café que eventualmente negociam também com mamona.

Certas indústrias tem mais interesse pelas compras de intermediários, o que lhes permite a aquisição de grandes partidas, compatíveis com a alta capacidade de esmagamento de suas instalações, que atinge em

algumas até 200 t. diárias. Isso porque, sendo a produção da mamona feita principalmente em pequenas unidades de cultura, os comerciantes no caso, fazem a reunião do produto em partidas maiores que são passadas para a indústria.

O comissionamento de agentes compradores, é outra forma frequentemente usada pelas indústrias para comprar e reunir o produto dos lavradores, fazendo-o chegar às fábricas em grandes lotes. Os agentes compradores se distribuem pelas zonas produtoras, inclusive no Paraná, e são representados ora por filiais da própria firma industrializadora de oleaginosas que embora não esmagando mamona, encarregam-se da compra e remessa desse produto para as fábricas devidas, ora por compradores de cereais ou de café, sediados na praça, que sob comissionamento, se encarregam como atividade complementar, da compra de mamona para fábricas por eles representadas.

Finalmente como agente de ligação na passagem da mamona da lavoura para a indústria, citam-se casos de cooperativas agrícolas que vendem a produção de seus cooperados à indústria. Essa forma é de expressão bastante reduzida.

O preço da mamona é pago na base de quilos de bagas, independentemente de variedades botânicas, passando despercebida qualquer diferença de rendimento em óleo que ocorreria

de amostra para amostra. Apenas o "marinheiro" (denominação que se dá à sementes de mamona que ficaram envolvidas pelo pericarpo por falta de técnica devida na fase de beneficiamento) cota-se geralmente em um terço da mamona limpa.

A mamona para exportação é classificada de acôrdo com o Decreto n.º 8 982 de 12 de março de 1942, que classifica as bagas em duas classes com quatro tipos dentro de cada classe. São incluídas na 1.ª classe os lotes constituídos de 90% de sementes de uma única espécie ou variedade. Na 2.ª classe incluem-se os lotes que apresentam maior porcentagem de mistura. A classificação por tipos baseia-se na maior ou menor presença de impurezas e defeitos.

Entretanto êsse ramo de comércio está praticamente suspenso desde junho de 1959, quando houve proibição, pela CACEX, da exportação de bagas de mamona, e mesmo São Paulo nos anos imediatamente anteriores já não vinha exportando êsse produto.

No mercado interno de mamona a classificação é praticamente ausente, inexistindo diferença no preço pago por lotes uniformes ou de mistura de variedades, desde que o produto

apresente-se em bom estado e relativamente isento de impurezas. Mesmo a Bôlsa de Cereais que no presente costuma dar as cotações de mamona nesta Capital, o faz simplesmente na base de cruzeiros por quilo. Diga-se de passagem que carecem de representatividade as transações com êsse produto naquela Entidade, sendo as informações de preços colhidas externamente.

E' bastante frequente o fornecimento de sacaria pelas fábricas aos seus supridores de matéria prima, principalmente aos mais antigos, embora não se registre diferença no tratamento de preço quando do recebimento da mamona comprada, tenha ou não o vendedor recebido a embalagem do comprador. A forma comum de liquidação dos negócios é na base de preço por quilo, desensacado, posto fábrica ou posto armazém do município onde sedia-se a parte compradora.

Junho a setembro são os meses do ano de maior concentração de compras de bagas, período em que se verifica a formação de estoques, efetuados principalmente por fábricas especializadas exclusivamente em óleo de mamona tendo em vista assegurar-se de matéria prima para a entre-safra.

## 2. ÓLEO DE MAMONA

O óleo de mamona tem atualmente emprego assegurado nos mais variados ramos de atividade industrial. Para determinados fins é quase insubstituível, como é o caso do uso para combustível e lubrificante nos

aviões a jato, graças à sua elevada viscosidade e resistência às mudanças de pressão e temperatura.

Dois qualidades de óleo de mamona são essencialmente fabricadas; para fins industriais e

para fins medicinais. O óleo medicinal, também chamado "extra pale" por ser praticamente incolor, não contém ricina, para o que sua extração é feita a frio, usando-se sementes descascadas. Deve ser absolutamente isento de acidez e de impurezas.

Sobre a outra qualidade de óleo, o para fins industriais, é que recae a grande demanda mundial de óleo de mamona e praticamente representa toda a produção de São Paulo. Esta qualidade é classificada mundialmente em dois tipos gerais: o óleo n.º 1, tipo exportação ou tipo "Standard", que é límpido e brilhante, com o máximo de 1% de acidez e 0,5% de impurezas e umidade. Na escala de Lóuvibond observa-se quanto a cor: 20-amarelo e 2-vermelho,

o que resulta na coloração amarelo-claro.

O óleo n.º 3 é o que ultrapassa as características acima descritas. Porém em geral só é considerado tipo comercial aquele cujo grau de acidez não ultrapassa 3% e as impurezas não superam 1%; sua cor, neste caso varia desde o amarelo-escuro ao marron-escuro e verde-escuro.

O óleo n.º 1 geralmente é resultante da prensagem das bagas com casca, a quente, enquanto o n.º 3 é obtido tratando-se com solvente a torta gorda resultante da prensagem, submetendo-a a nova extração.

De acôrdo com informações colhidas em organizações particulares, a industrialização da mamona em São Paulo resulta aproximadamente em:

Óleo tipo exportação (n.º 1) .....	35%
Óleo tipo industrial (n.º 3) .....	7%
Torta .....	53%
Perdas .....	5%
<b>Total .....</b>	<b>100%</b>

No Brasil a classificação do produto é regulamentada pelo Decreto n.º 21 893, de 4 de outubro de 1946. A análise de classificação, a requerimento do interessado, é realizada pelo Instituto de Óleos (I.O.) ou pelo Serviço de Economia Rural (S.E.R.) ou, quando estes não possam procedê-la, por técnicos cujo registro profissional dê direito a tais análises e cujos laboratórios estejam legalmente autorizados a funcionar.

Tratando-se de produto para exportação, a análise observa as especificações do mercado

importador. O boletim de análise corresponde ao certificado de classificação, e serve para instruir o processo de legalização do produto pelo S. E. R. para fins de exportação.

O óleo de mamona destinado ao mercado americano é classificado de acôrdo com suas características da seguinte forma:

*Óleo de mamona industrial n.º 1* que deve ter, acidez livre 1% no máximo, umidade e impureza 0,25% no máximo, viscosidade de 6,25 a 7,55 à 25°C, densidade de 0,95 a 0,97 à 15,5C, índice de refração de

1 475 a 1 482 à 25°C, e côr amarelo-20 e vermelho-2, na escala Lovibond; e

*Óleo de mamona industrial n.º 3* que deve ter, acidez livre 2,5% no máximo, umidade e impureza 0,50% no máximo, viscosidade 6,25 a 7,55 a 25°C, índice de refração de 1 475 a 1 482 a 25°C, densidade de 0,95 a 0,97 à 15°, 5 C, e côr amarelo-35 e vermelho-3 a 4, na escala Lovibond.

Também no mercado interno o óleo de mamona é sempre classificado, sendo as determinações analíticas feitas de acôrdo com o interêsse da firma compradora.

Da produção de São Paulo cêrca de 60% destina-se a exportação, sendo o restante da produção absorvido pela indústria interna do país, principalmente por São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados do Sul. A absorção é feita pelas indústrias de tintas, sabões, lubrificantes, nylon, vernizes, plásticos, adesivos, óleos hidrogenados, óleos sulfonados, indústria de couros, produtos medicinais, artigos de "toilette", e de isolantes elétricos. As indústrias de tintas, vernizes, lubrificantes, sabões, e de nylon são os consumidores que mais se destacam.

Com a proibição da exportação de bagas de mamona, a partir de junho de 1959, a produção brasileira de mamona passou a ser absorvida praticamente apenas pela indústria doméstica, sendo a exportação representada apenas pelo óleo. Pequenas exportações de bagas que às vêzes se registram, são destinadas a usos especiais qual

seja o emprêgo como sementes ou experimentação de maquinário industrial.

O óleo exportado tem sido principalmente o óleo tipo exportação. Diga-se de passagem que êste tipo é também grandemente absorvido pelo consumo interno e que tem havido eventuais exportações do óleo tipo industrial.

Para ilustração incluímos o quadro n.º 3, onde observa-se que no período de 9 anos a exportação de óleo pelo porto de Santos aumentou de 1 680%. A relação entre a quantidade exportada e a produzida, se caracteriza pela variação de ano para ano, fato relacionado sem dúvida com variações nas condições dos mercados interno e internacional.

Tanto internamente como no mercado de exportação a comercialização do óleo de mamona é na grande maioria feita pelas próprias firmas industriais, muitas vezes auxiliadas por representantes ou corretores. Pela escassa possibilidade de competição de intermediários com as firmas industriais, motivada pelo próprio aumento do número de transações e portanto de taxas a pagar que isso representa, resulta ser pouco frequente nesse comércio a presença dos mesmos.

No caso de pequenas indústrias de óleo de mamona que não têm facilidade de tomar conhecimento do interêsse das firmas compradoras, é que acontecem às vêzes a interferência do intermediário. Também o caso de pequenos consumidores de óleo que pelo volume reduzido de suas compras, pagam preços

QUADRO III

*Exportação de Bagas e de Óleo de Mamona por Santos*

<i>A n o s</i>	<i>Bagas (t)</i>	<i>Óleo (t)</i>	<i>Porcentagem Exportação/Produção (óleo)</i>
1954 .....	2 394	1 180	6,2
1955 .....	3 680	5 992	32,8
1956 .....	—	1 919	11,7
1957 .....	—	16 791	65,3
1958 .....	—	14 732	43,2
1959 .....	—	14 070	38,8
1960 .....	—	6 678	36,5
1961 .....	—	23 770	66,7
1962 .....	50	21 021	58,1
1963 .....	—	12 635 <sup>(1)</sup>	...

(1) Janeiro a julho.

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira e Serviço de Estatística da Produção.

mais elevados por quilo do que nas compras a grandes volumes, representa outra possibilidade para o intermediário.

Registra-se ainda caso de firma que realiza certo grau de integração vertical, caso da firma que transforma óleo de mamona em nylon, que ao mesmo tempo possui fábrica de óleo de mamona para abastecimento da fábrica de nylon.

Independentemente do tipo, o óleo de mamona é comercializado a granel ou em tambores de cerca de 180 quilos. O uso de uma ou outra forma de embalagem tem em vista atender o interesse da firma compradora, que quando dispõe de tanques próprios para o armazenamento, prefere comprar o óleo

a granel, e em tambores quando não possuem depósito, contrariamente neste caso devolver ou não as embalagens após esvaziadas.

A preferência das firmas compradoras que têm tanques para depositar o óleo, pela compra do produto a granel, justifica-se pelos preços mais reduzidos desse, em relação aos do óleo em tambores. A diferença de preços do produto de uma embalagem para outra corresponde às diferenças nos encargos de comercialização. O óleo em tambores embora seja transportado a fretes mais baixos que o granel, é onerado pela depreciação dos tambores, retorno destes e despesas de acondicionamento e carreto, ou pelo preço dos tambores quando o pro-



duto é vendido com a embalagem. O óleo a granel que é transportado em carros tanques, não obstante os fretes

mais elevados que são cobrados, possuem no cômputo total uma menor despesa de comercialização.

### 3. TORTA DE MAMONA

A obrigatoriedade da transformação interna das bagas em óleo estabelecida em 1959, visando uma exportação final exclusiva de óleo, ofereceu, inclusive, a grande vantagem de deixar dentro do País a torta de mamona, de grande aplicação como fertilizante. Certa fração da produção do Estado que era desintoxicada por uma das firmas que industrializam mamona, tendo em vista o uso como ração, no momento está suspen-

sa, devido a maior vantagem na venda para fertilizante. Cada tonelada de óleo deixa aproximadamente 1 300 quilos de torta, dando para São Paulo uma produção anual aproximada de 50 000 toneladas desse fertilizante.

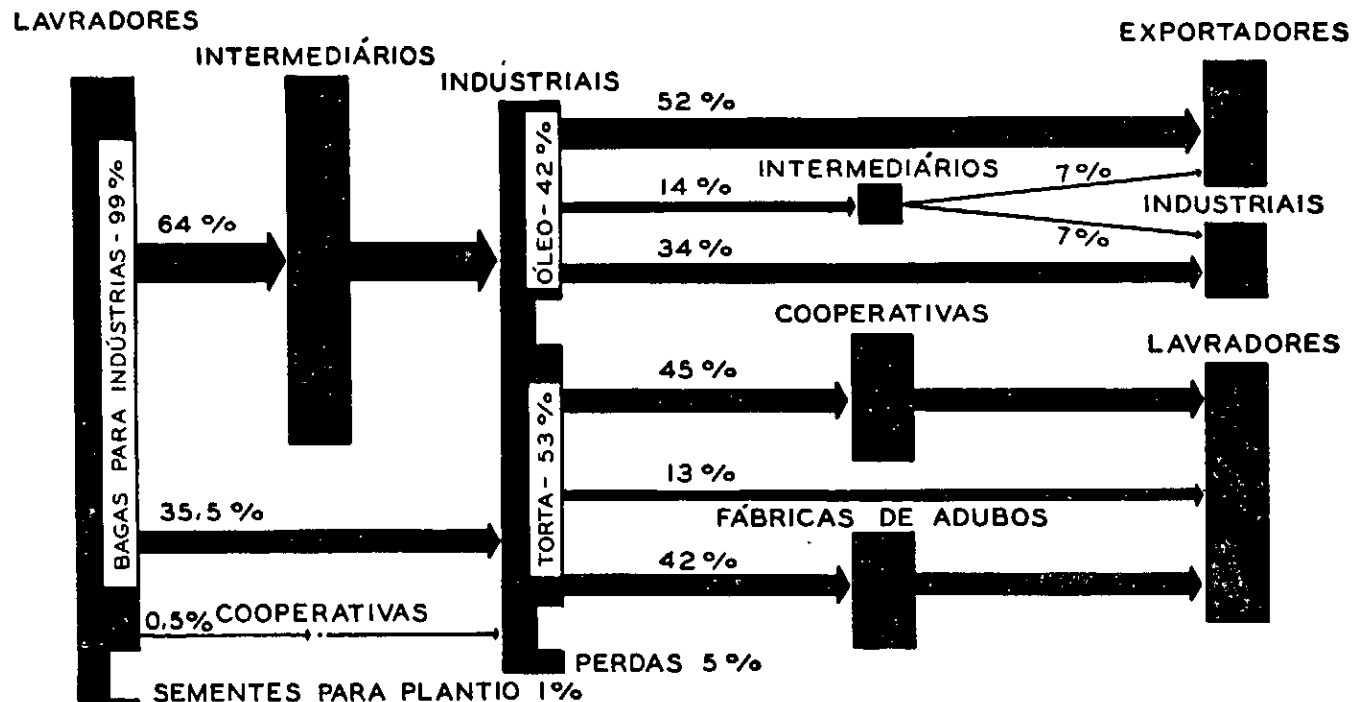
O produto ordinariamente é vendido pelas fábricas no mercado interno à cooperativas agrícolas, fábricas de adubos ou diretamente a lavradores, em São Paulo e nos Estados do Sul em geral.

### 4. ESQUEMA GERAL DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

As informações obtidas junto ao comércio e às fábricas de óleo de mamona já permitem estabelecer para o Estado, em caráter preliminar, uma quantificação aproximada do volume de mercadoria que passa por cada um dos agentes encontrados na sequência da comercialização, desde a produção das bagas até a destinação final do óleo e da torta de mamona, os derivados do primeiro processamento industrial (Figura 2). Sòmente uma pequena fração da produção anual de bagas, cêrca de 1% é usada como semente. A quase totalidade da produção, 99%, encaminha-se para as indústrias de óleo, dos quais 64% passa antes por comerciantes intermediários, 35% é vendida pelos lavradores diretamente às indústrias, e uma fração insignificante, cêr-

ca de 0,5% chega às indústrias através de cooperativas agrícolas. O óleo produzido na industrialização das bagas, com um rendimento aproximado de 42%, é destinado, cêrca de 60% à exportação e os restantes 40% ao consumo na indústria interna do país. Na comercialização do óleo, apenas cêrca de 14% passa por comerciantes intermediários os quais vendem aproximadamente metade no mercado interno e a outra metade no mercado exterior. A torta de mamona, produzida na razão de 53% das bagas industrializadas, tem nos lavradores o seu consumidor final; 45% chega até êstes através às cooperativas, 42% através às fábricas de adubos e os últimos 13% são vendidos diretamente a êles pelas fábricas de óleo.

**FIGURA 2**  
**PRINCIPAIS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA MAMONA**  
**E SEUS DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1962**



# PREÇOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

## 1. VARIAÇÃO ESTACIONAL

Os preços da mamona não estão sujeitos a variações estacionais muito pronunciadas. A diferença entre o índice médio de variação estacional mais alto, constatado em julho e o mais baixo, em novembro, (ver linha em negrito da figura 3) é pequena comparada com a verificada na maioria dos produtos agrícolas.<sup>(1)</sup>

Os índices médios máximos de variação estacional ocorrem de julho a setembro. A curva é mal definida em todo o ano e, embora sejam indicados os meses de julho e novembro, respectivamente como os de índices médios mais alto e mais baixo, verifica-se que nos 13 anos em que se baseia a construção da figura 3, ocorreram índices mensais máximos e mínimos em vários outros meses, conforme está representado na figura, pelos desvios padrões (parte sombreada da curva).

Fique lembrado que na análise da variação estacional está praticamente eliminada a influência distorsiva da variação no valor da moeda ocorrida no período usado para análise.

Sendo a mamona um produto do qual a maior quantidade da safra é colhida de maio a agosto, temos que os preços mais altos (julho a setembro) verificam-se na época em que há mais abundância do produto no

mercado. Em levantamento que realizámos ficou provado que nesta época é bem maior o volume total das transações que nos demais meses do ano.

Uma forma de explicar a ocorrência de preços mais altos nos meses de maior oferta, é o fato de se verificar também neste período intensificação da procura em relação aos demais meses do ano, dado o interesse que nessa fase, tanto as fábricas especializadas em mamona como as que industrializam mais de uma oleaginosa têm em abastecerem-se de matéria prima, aproveitando a época em que a mamona é mais abundante no mercado.

Além disso, deve-se ponderar que essa situação caracteriza também uma situação de forte competição, por parte das firmas que industrializam o produto.

Por outro lado a tendência de preços mais baixos nos outros meses do ano relaciona-se com o fato de o escasseamento das bagas no mercado que se dá nesse período ser conjugado com relativa retração da procura, pela consciência que em geral têm as fábricas, da dificuldade de obtenção das grandes partidas requeridas pela indústria.

Essa peculiar distribuição anual da oferta e da procura ou

---

(1) Para informações sobre variação estacional dos preços agrícolas em São Paulo, vide PEREIRA, ISMAR FLORÊNCIO, JUNQUEIRA, PÉRSIO C., e CAMARGÓ, MILTÓN NOGUEIRA DE, "Variação Estacional dos Preços Agrícolas no Estado de São Paulo", *Agricultura em São Paulo*, abril de 1963.

seja aumento do interesse pelas compras quando há oferta suficiente do produto e retração do interesse de comprar quando a mamona escasseia no mercado, funciona como espécie de

regulador, contribuindo de certa forma para a tendência de estabilidade de preços, o que justifica a variação estacional pouco pronunciada dos mesmos.

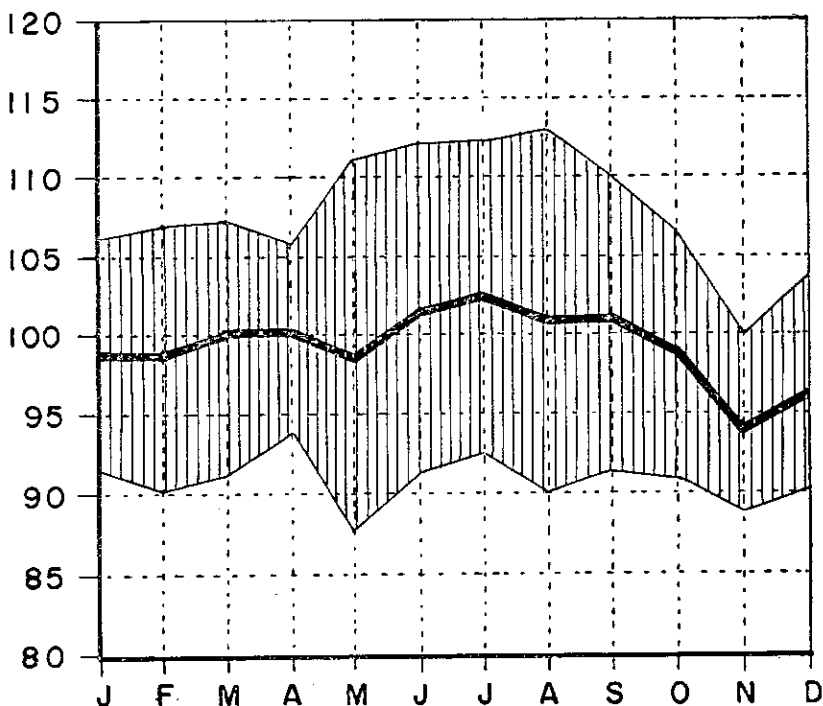
FIGURA 3

ÍNDICES DE VARIAÇÃO ESTACIONAL DOS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

1948/62

MAMONA

índices



## 2. VARIAÇÃO ANUAL

Os preços médios anuais pago aos lavradores pela mamona, em moeda corrente, a partir de 1948, apresentou no sentido total, notável elevação, embora tenha apresentado oscilações mais ou menos acentuadas no transcorrer desse período (Quadro III e figura 4). No período de 1948 a 1963 verificou-se aumento de Cr\$ 46,00 por quilo,

ou seja um acréscimo de . . . . 2 730%. E' certo que essa elevação de preços não se deveu completamente ao aumento do valor da mamona, mas em grande parte à diminuição do valor da moeda. Acompanhando a evolução dos preços reais (em cruzeiros de 1948/52), verifica-se que realmente houve no cômputo total uma leve melhoria nos preços da mamona.

### QUADRO III

#### *Preços Médios Recebidos Pelos Lavradores Médias Anuais e Quinquenais*

A n o s	Preços correntes		Índice geral de preços	Preços deflacionados (em cruzeiros 1948/52) <sup>(1)</sup>	
	Cr\$/kg	Índice		Cr\$/kg	Índice
1948/52 (Média)	2,40	100	100	2,40	100
1953/57 (Média)	4,80	200	217	2,10	88
1958/62 (Média)	17,40	725	675	2,50	104
1948 . . . . .	1,70	71	80	2,10	88
1949 . . . . .	1,20	50	86	1,40	58
1950 . . . . .	2,60	108	96	2,70	113
1951 . . . . .	3,70	154	112	3,30	138
1952 . . . . .	2,80	117	125	2,30	96
1953 . . . . .	2,60	108	144	1,80	75
1954 . . . . .	2,80	117	182	1,50	62
1955 . . . . .	4,20	175	213	2,00	83
1956 . . . . .	7,60	317	254	3,00	125
1957 . . . . .	6,90	287	290	2,40	100
1958 . . . . .	6,70	279	329	2,00	83
1959 . . . . .	9,90	412	454	2,20	92
1960 . . . . .	17,40	725	585	3,00	125
1961 . . . . .	20,20	842	803	2,50	104
1962 . . . . .	32,90	1 371	1 218	2,80	117
1963 <sup>(2)</sup> . . . . .	48,24	2 010	2 105	. . .	. . .

FONTE: Divisão de Economia Rural.

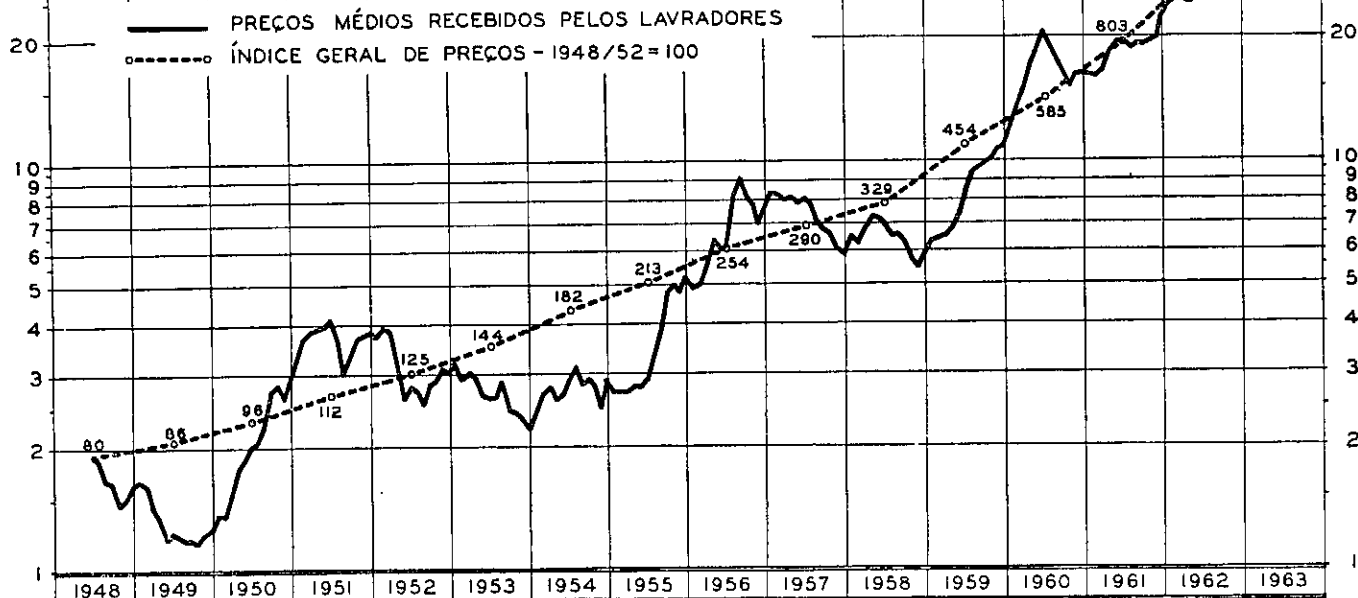
(1) Calculados utilizando-se como deflator o índice "2" da Conjuntura Econômica.

(2) Preliminares.

CR \$ POR QUILO

CR \$ POR QUILO

# EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO



ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

Comparando-se a evolução do índice dos preços correntes (não deflacionados) da mamona com a do índice geral de preços (Quadro III e Figura 4), concluimos que os preços da mamona têm apresentado sentido ascendente da mesma forma que os preços da generalidade das mercadorias. A curva dos ín-

dices de preços da mamona algumas vezes situou-se acima da de índices gerais de preços, mas com muito mais frequência esteve abaixo desta. Isto significa que a mamona tem mantido precariamente o seu poder de troca em relação a outros produtos, frequentemente levando desvantagem.

# CUSTOS AGRÍCOLAS EM SÃO PAULO SAFRA 1963/64

ALGODÃO, AMENDOIM, ARROZ, CANA DE AÇÚCAR,  
FEIJÃO, MAMONA, MANDIOCA, MILHO

Secção de Análise de Custos e  
Rendas Agrícolas<sup>(1)</sup>

Atualizando os dados concernentes aos preços dos fatores de produção de algumas culturas do Estado de São Paulo, apresentamos previsões das despesas diretas a que tais culturas estão sujeitas.

Não é previsão de custo de produção, mas sim das despesas diretas. Para chegarmos ao custo de produção precisaríamos ainda adicionar outros itens: amortização, manutenção e reparos de benfeitorias, construções e melhoramentos, capataz e fiscais; força, luz, telefone; taxas e impostos; conservação de estradas; diversas outras despesas fixas e variáveis, inclusive juros e despesas bancárias procedentes de numerários para arcar com salários e ordenados, compra de sementes, adubos, inseticidas, fungicidas, formicidas, etc. — ou juros sobre o capital circulante, quando este é próprio.

As remunerações do empresário, do capital fixo (benfeitorias, construções, melhoramentos), do capital de exploração (máquinas, veículos, implementos, animais, utensílios, etc.), e da terra não são por nós considerados itens de custo de produção. A renda líquida (diferença da renda bruta pelo custo de produção) destina-se a remunerar estes fatores. Todavia quando se trata de caso de arrendamento é costume incluir-se o seu montante no custo de produção.

Os preços dos fatores de produção aqui considerados são: para o trabalho humano, o salário mínimo médio das cinco sub-regiões de São Paulo segundo o decreto n.º 51 613, de 3 de dezembro de 1962 e conforme o que determina o Estatuto do Trabalhador Rural; para os demais itens, os vigorantes em setembro-outubro de 1963.

---

(1) Engenheiros Agrônomos: Antônio Augusto Botelho Junqueira, Caio Takagaki Yamaguishi e Cyro Okamoto.



QUADRO I  
*Estimativa das Despesas da Cultura do Algodão*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963/64*  
*Tração moto-mecanizada e animal — Produção de 250 arrôbas*  
*por alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Trator	Animais	Arado Trator	Grade Trator	Culti- vador	Semead. Adubad.	Carreta Trator	Polvilh.	Total (Cr\$)
<b>A - OPERAÇÃO</b>										
Aração .....	2	2	—	2	—	—	—	—	—	
Gradeação .....	0,5	0,5	—	—	0,5	—	—	—	—	
Transp. sementes mudas	1	0,5	—	—	—	—	—	0,5	—	
Plantio e adubação .....	6	—	6	—	—	—	6	—	—	
Desbaste .....	5	—	—	—	—	—	—	—	—	
Replanta .....	0,5	—	—	—	—	—	—	—	—	
Capinas mecan. (4 vezes)	10	—	10	—	—	10	—	—	—	
Capinas man. (4 vezes) .	20	—	—	—	—	—	—	—	—	
Combate pragas (6 a 8 v)	30	—	—	—	—	—	—	—	30	
Secagem e ensacamento	2	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transporte interno .....	0,5	0,5	—	—	—	—	—	0,5	—	
Arrancam. e queima so- queira .....	7,5	0,5	—	0,5	—	—	—	—	—	
<b>TOTAL DE DIAS<sup>(2)</sup> .....</b>	<b>85</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>2,5</b>	<b>0,5</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .</b>	<b>750</b>	<b>8 845</b>	<b>200</b>	<b>1 620</b>	<b>1 927</b>	<b>25</b>	<b>233</b>	<b>3 688</b>	<b>300</b>	
<b>Despesa de operação<sup>(2)</sup></b>										
(Cr\$) .....	63 750	35 380	3 200	4 050	964	250	1 398	3 688	9 000	121 680
<b>COLHEITA<sup>(3)</sup> (Cr\$) .....</b>										<b>100 000</b>
<b>DESPESA DE OPERAÇÃO (Cr\$) .....</b>										<b>221 680</b>

**B - MATERIAL CONSUMIDO**

	Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)	Total (Cr\$)
<b>Adubos: (4)</b>				
Sulfato de amônio .....	350 kg	53	18 550	
Superfosfato simples .....	600 kg	41	24 600	
Cloreto de potássio .....	120 kg	58	6 960	50 110
<b>Sementes:</b>				
Preta, tratada com sistêmico .....	4 sacas	3 080		12 320
<b>Combate às pragas:</b>				
Inseticida em pó polvilh.(5) .....	280 kg	230	64 400	
Formicida MM-33 .....	6 latas	400	2 400	66 800
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$)</b> .....				<b>129 230</b>
<b>TOTAL DESPESAS DIRETAS POR ALQUEIRE DE ALGODÃO (Cr\$)</b> .....				<b>350 910</b>

(1) Exceto para máquinas e animais.

(2) Exceto colheita.

(3) Por empreitada a Cr\$ 400,00 a arrôba.

(4) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carreto.

(5) 3:5:0,40 e 3:10:0,40 (metade de cada).

**QUADRO II**  
*Estimativa das Despesas da Cultura do Amendoim*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963/64*  
*Tração animal — Produção de 250 sacas de 25 quilos por*  
*alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Arado	Grade	Culti- vador	Semead. Adubad.	Polvilhad.	Carroça	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>									
Aração (2 vezes) .....	13	26	13	—	—	—	—	—	—
Gradeação .....	3	6	—	3	—	—	—	—	—
Plantio e adubação .....	6	5	—	—	—	5	—	—	—
Adubação e cobertura .....	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Capinas mecân. (3 vezes) .....	9	9	—	—	9	—	—	—	—
Capinas man. (3 vezes) .....	18	—	—	—	—	—	—	—	—
Aplic. insetic. (3 vezes) .....	6	—	—	—	—	—	6	—	—
Sulcamento p/ colheita .....	4	8	4	—	—	—	—	—	—
Transporte interno .....	3	12	—	—	—	—	—	—	3
<b>TOTAL DE DIAS<sup>(2)</sup> .....</b>	<b>64</b>	<b>66</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .....</b>	<b>750</b>	<b>200</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>233</b>	<b>300</b>	<b>180</b>	<b>180</b>
<b>DESPESA<sup>(2)</sup> (Cr\$) .....</b>	<b>48 000</b>	<b>13 200</b>	<b>1 853</b>	<b>318</b>	<b>225</b>	<b>1 165</b>	<b>1 800</b>	<b>540</b>	<b>67 101</b>
<b>COLHEITA<sup>(3)</sup> (Cr\$) .....</b>									<b>57 500</b>
<b>DESPESA DE OPERAÇÃO (Cr\$) .....</b>									<b>124 601</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>									
Sementes .....			Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)			
Inseticidas <sup>(4)</sup> .....			300 kg	110		33 000			
Adubos: <sup>(5)</sup> .....			—	—		24 432			
Superfosfato simples .....			800 kg	41	32 800				
Cloreto de potássio .....			150 kg	58	8 700				
Sulfato de amônio <sup>(6)</sup> .....			360 kg	53	19 080	60 580			
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$) .....</b>									<b>118 012</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DIRETAS (Cr\$) .....</b>									<b>242 613</b>

(1) Exceto para máquinas, veículos e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Exceto colheita.

(3) Por empreitada a Cr\$ 230,00 a saca.

(4) 100 kg de Aldrin a 2,5% no sulco, em mistura com o adubo, mais 3 tratamentos diversos, em poivilhamento ou pulverização (Endrin, Dieldrin, Toxateno, DDT/Paration, Metasistox, etc.).

(5) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carroto.

(6) Em cobertura, 30 dias após a germinação.

QUADRO III

*Estimativa das Despesas da Cultura de Arroz (não irrigada).  
Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963/64  
Tração animal — Produção de 75 sacas em casca por alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Arado	Grade	Culti- vador	Semead. Adubad.	Carroça	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>								
Aração (2 vezes) .....	13	26	13	—	—	—	—	
Gradeação (2 vezes) .....	5	5	—	5	—	—	—	
Plantio e adubação .....	8	7	—	—	—	7	—	
Tratos culturais .....	50	20	—	—	20	—	—	
Colheita e batedura .....	38	8	—	—	—	—	2	
<b>TOTAL DE DIAS</b> .....	<b>114</b>	<b>66</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$)</b> .....	<b>750</b>	<b>200</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>233</b>	<b>180</b>	
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO (Cr\$)</b>	<b>85 500</b>	<b>13 200</b>	<b>1 417</b>	<b>530</b>	<b>500</b>	<b>1 631</b>	<b>360</b>	<b>103 138</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>								
		<i>Quantidade</i>		<i>Preço (Cr\$)</i>		<i>Valor (Cr\$)</i>		
Sementes .....		80 kg		130		10 400		
Adubos: (2)								
Fosforita .....		485 kg		36		17 460		
Sulfato de amônio .....		195 kg		53		10 335		
Cloreto de potássio .....		120 kg		58		6 960		34 755
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$)</b> .....								<b>45 155</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr\$)</b> .....								<b>148 293</b>

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carreto.

**QUADRO IV**  
*Estimativa das Despesas da Cultura de Cana de Açúcar*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963*  
*Cana Nova<sup>(2)</sup> — Produção de 250 ton. por alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Trator Imple.	Animais	Adubadeira	Cultivador tipo Planet	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>						
Aração (2 vezes) .....	2	2	—	—	—	
Gradeação .....	0,5	0,5	—	—	—	
Sulcação .....	1	1	—	—	—	
Adubação .....	1	—	2	1	—	
Plantio, seleção e distribuição .....	10	—	—	—	—	
Cobertura .....	1,5	—	3	—	1,5	
Adubação e cobertura .....	1	—	2	1	—	
Capinas mecânicas .....	4	—	4	8	4	
Capinas manuais .....	30	—	—	—	—	
<b>TOTAL DE DIAS<sup>(3)</sup> .....</b>	<b>51</b>	<b>3,5</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>5,5</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .....</b>	<b>750</b>	<b>6 800</b>	<b>122</b>	<b>243</b>	<b>59</b>	
<b>DESPESAS<sup>(3)</sup> (Cr\$) .....</b>	<b>38 250</b>	<b>23 800</b>	<b>1 830</b>	<b>486</b>	<b>324</b>	<b>64 690</b>
<b>CORTE<sup>(4)</sup> (Cr\$) .....</b>						<b>87 500</b>
<b>TRANSPORTE<sup>(5)</sup> (Cr\$) .....</b>						<b>92 500</b>
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO (Cr\$) .....</b>						<b>244 690</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>						
Adubos <sup>(6)</sup> .....			Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)	
Mudas .....			1 500 kg	36	54 000	
			15 ton.	2 000	30 000	
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$) .....</b>						<b>84 000</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr\$) .....</b>						<b>328 690</b>

OBSERVAÇÃO: Quadro organizado com a colaboração do Eng.º Agr.º Ary Machado de Brito, da D.A.T.E..

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Lavoura nova compreende dois ciclos: cana nova no ano em que foi plantada — e cana em formação — fim do ano em que foi plantada até o primeiro corte.

(3) Exceto corte e transporte.

(4) Por empreitada a Cr\$ 350,00 por tonelada.

(5) Por empreitada a Cr\$ 370,00 por tonelada. Os preços são fixados para o produto posto na usina: considerou-se uma distância de 10 Km.

(6) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carroto.

QUADRO V

*Estimativa das Despesas da Cultura de Cana de Açúcar*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963*  
*Lavoura de 2.º Corte (soca) — Produção de 175 ton. por alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Arado	Adubadeira	Cultivador tipo Planet	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>						
Enleiramento da palhada .....	4	—	—	—	—	
Adubação .....	5	10	4	1	—	
Capinas mecânicas .....	2	4	—	—	2	
Capinas manuais .....	15	—	—	—	—	
<b>TOTAL DE DIAS<sup>(2)</sup> .....</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .....</b>	<b>750</b>	<b>122</b>	<b>132</b>	<b>243</b>	<b>59</b>	
<b>DESPESAS<sup>(2)</sup> (Cr\$) .....</b>	<b>19 500</b>	<b>1 708</b>	<b>528</b>	<b>243</b>	<b>118</b>	<b>22 097</b>
<b>CORTE<sup>(3)</sup> (Cr\$) .....</b>						<b>61 250</b>
<b>TRANSPORTE<sup>(4)</sup> (Cr\$) .....</b>						<b>64 750</b>
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO (Cr\$) .....</b>						<b>148 097</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>						
			Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)	
Adubos: <sup>(5)</sup> .....			1 000 kg	36	36 000	
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$) .....</b>						<b>36 000</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr\$) .....</b>						<b>184 097</b>

OBSERVAÇÃO: Quadro organizado com a colaboração do Eng.º Agr.º Ary Machado de Brito, da D..A.T.E..

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Exceto corte e transporte.

(3) Por empreitada a Cr\$ 350,00 por tonelada.

(4) Por empreitada a Cr\$ 370,00 por tonelada. Os preços são fixados para o produto posto na usina: considerou-se uma distância de 10 Km.

(5) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carroto.

QUADRO VI

*Estimativa das Despesas da Cultura de Cana de Açúcar*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963*  
*Lavoura de 3.º Corte (ressoca) — Produção de 130 ton. por*  
*alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Cultivador tipo Planet	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>				
Enleiramento .....	4	—	—	
Capinas mecânicas .....	2	4	2	
Capinas manuais .....	15	—	—	
<b>TOTAL DE DIAS<sup>(2)</sup> .....</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .....</b>	<b>750</b>	<b>122</b>	<b>59</b>	
<b>DESPESAS<sup>(2)</sup> (Cr\$) .....</b>	<b>15 750</b>	<b>488</b>	<b>118</b>	<b>16 356</b>
<b>CORTE<sup>(3)</sup> (Cr\$) .....</b>				<b>45 500</b>
<b>TRANSPORTE<sup>(4)</sup> (Cr\$) .....</b>				<b>48 100</b>
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO<sup>(5)</sup> (Cr\$) .....</b>				<b>109 956</b>

OBSERVAÇÃO: Quadro organizado com a colaboração do Eng.º Agr.º Ary Machado de Brito, da D..A.T.E..

- (1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.
- (2) Exceto corte e transporte.
- (3) Por empreitada a Cr\$ 350,00 por tonelada.
- (4) Por empreitada a tonelada a Cr\$ 370,00.
- (5) Não havendo gasto de material, as despesas de operação se confundem com o total das despesas diretas.

QUADRO VII  
*Estimativa das Despesas da Cultura de Feijão*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963/64*  
*Tração animal — Produção de 40 sacas de 60 kg por alqueire*

<i>Dias de serviço de:</i>	<i>Homens</i>	<i>Animais</i>	<i>Arado</i>	<i>Grade</i>	<i>Culti- vador</i>	<i>Semead. Adubad.</i>	<i>Carroça</i>	<i>Total Cr\$</i>
<b>A - OPERAÇÕES</b>								
Aração .....	7	14	7	—	—	—	—	
Gradeação .....	3	6	—	3	—	—	—	
Plantio e adubação .....	6	6	—	—	—	6	—	
Tratos culturais .....	27	12	—	—	12	—	—	
Colheita e benefício .....	26	—	—	—	—	—	—	
Transporte interno .....	3	12	—	—	—	—	—	3
<b>TOTAL DE DIAS .....</b>	<b>72</b>	<b>50</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .....</b>	<b>750</b>	<b>200</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>233</b>	<b>180</b>	
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO (Cr\$)</b>	<b>54 000</b>	<b>10 000</b>	<b>763</b>	<b>318</b>	<b>300</b>	<b>1 398</b>	<b>540</b>	<b>67 319</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>								
			<i>Quantidade</i>	<i>Preço (Cr\$)</i>	<i>Valor (Cr\$)</i>			
Semente .....			145 kg	156	22 620			
Adubos: (2)								
Superfosfato simples .....			550 kg	41	22 550			
Sulfato de amônio .....			150 kg	53	7 950			
Cloreto de potássio .....			100 kg	58	5 800		36 300	
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$) .....</b>								<b>58 920</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr\$) .....</b>								<b>126 239</b>

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.  
(2) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carroto.



**QUADRO VIII**  
*Estimativa das Despesas de Produção de uma Lavoura de Mamona*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963/64*  
*Plantio manual, cultivo animal — Produção de 4 000 kg por*  
*alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Arado	Grade	Cultivador	Carroça	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>							
Aração .....	7	14	7	—	—	—	
Gradeação .....	4	8	—	4	—	—	
Plantio e adubação (em covas) ..	4	—	—	—	—	—	
Tratos culturais .....	28	9	—	—	9	—	
Colheita .....	30	—	—	—	—	—	
Secagem e benefício .....	5	—	—	—	—	—	
Transporte interno .....	3	12	—	—	—	—	
<b>TOTAL DIAS .....</b>	<b>81</b>	<b>43</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$) .....</b>	<b>750</b>	<b>200</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>180</b>	
<b>DESPESA DE OPERAÇÃO (Cr) .</b>	<b>60 750</b>	<b>8 600</b>	<b>763</b>	<b>424</b>	<b>225</b>	<b>540</b>	<b>71 302</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>							
			<i>Quantidade</i>	<i>Preço (Cr\$)</i>	<i>Valor (Cr\$)</i>		
Adubo <sup>(2)</sup> .....			800 kg	59	47 200		
Sementes .....			25 kg	84	2 100		
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO (Cr\$) .....</b>							<b>49 300</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr3) .....</b>							<b>120 602</b>

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Da fórmula 4 — 18 — 8. — Ao seu preço estão incorporados frete e carroto.

QUADRO IX  
*Estimativa das Despesas da Cultura de Mandioca*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra de 1963*  
*Tração animal — Produção de 50 ton. de raízes por alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Arado	Grade	Riscador	Cultiv.	Adubad.	Carroça	Polvilh.	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>										
Aração .....	7	14	7	—	—	—	—	—	—	—
Gradeação .....	4	8	—	4	—	—	—	—	—	—
Riscador .....	2	4	—	—	2	—	—	—	—	—
Adubação .....	1	2	—	—	—	—	1	—	—	—
Plantio .....	7	4	—	—	—	2	—	—	—	—
Capinas manuais (2 vezes)	60	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Combate às pragas .....	10	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Transporte interno .....	1	4	—	—	—	—	—	1	—	—
<b>TOTAL DE DIAS</b> .....	<b>92</b>	<b>36</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$)</b> .....	<b>750</b>	<b>200</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>233</b>	<b>180</b>	<b>300</b>	
<b>DESPESAS<sup>(2)</sup> (Cr\$)</b> .....	<b>69 000</b>	<b>7 200</b>	<b>763</b>	<b>424</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>233</b>	<b>180</b>	<b>3 000</b>	<b>80 900</b>
<b>COLHEITA<sup>(3)</sup></b> .....										<b>32 500</b>
<b>ENTREGA<sup>(4)</sup></b> .....										<b>37 500</b>
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO (Cr\$)</b> .....										<b>150 900</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>										
Manivas .....				12 m <sup>3</sup>	500				6 000	
Adubos: <sup>(5)</sup>										
Superfosfato simples .....				800 kg	41		32 800			
Cloreto de potássio .....				150 kg	58		8 700			
Sulfato de amônio .....				300 kg	53		15 900		57 400	
Inseticida BHC a 3% .....				60 kg	131				7 860	
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO</b> .....										<b>71 260</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr\$)</b> .....										<b>222 160</b>

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Exceto colheita e corte.

(3) Por empreitada, a Cr\$ 0,65 por quilo.

(4) A Cr\$ 0,75 por quilo, considerando-se uma distância média de 10 km.

(5) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carroto.

**QUADRO X**  
*Estimativa das Despesas da Cultura de Milho*  
*Despesas diretas<sup>(1)</sup> — 1 alqueire (24 200m<sup>2</sup>) — Safra 1963/64*  
*Tração animal — Produção de 100 sacas de 60 kg por alqueire*

Dias de serviço de:	Homens	Animais	Arado	Grade	Culti- vador	Semead. Adubad.	Carroça	Total Cr\$
<b>A - OPERAÇÕES</b>								
Aração (2 vezes) .....	13	26	13	—	—	—	—	
Graduação .....	3	6	—	3	—	—	—	
Plantio e adubação .....	5	5	—	—	—	5	—	
Adubação em cobertura .....	2	—	—	—	—	—	—	
Carpas mecânicas .....	9	9	—	—	9	—	—	
Carpas manuais <sup>(2)</sup> .....	18	—	—	—	—	—	—	
Colheita e benefício <sup>(3)</sup> .....	30	—	—	—	—	—	—	
Transporte interno .....	3	12	—	—	—	—	3	
<b>TOTAL DE DIAS</b> .....	<b>83</b>	<b>58</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	
<b>CUSTO DIÁRIO (Cr\$)</b> .....	<b>750</b>	<b>200</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>233</b>	<b>180</b>	
<b>DESPESAS DE OPERAÇÃO (Cr\$)</b>	<b>62 250</b>	<b>11 600</b>	<b>1 417</b>	<b>318</b>	<b>225</b>	<b>1 165</b>	<b>540</b>	<b>77 515</b>
<b>B - MATERIAL CONSUMIDO</b>								
Sementes .....			Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)			
Adubos: <sup>(4)</sup>			45 kg	52		2 340		
Superfosfato simples .....			600 kg	41	24 600			
Fosforita .....			200 kg	36	7 200			
Sulfato de amônio <sup>(5)</sup> .....			460 kg	53	24 380			
Cloreto de potássio .....			80 kg	58	4 640	60 820		
<b>DESPESAS COM MATERIAL CONSUMIDO</b> .....								<b>63 160</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (Cr\$)</b> .....								<b>140 657</b>

(1) Exceto para máquinas e animais, onde também estão incluídas as despesas de depreciação.

(2) Inclui desbaste.

(3) Considerou-se 20 dias para colheita e 10 para benefício.

(4) Ao preço dos adubos estão incorporados frete e carroço.

(5) 400 kg aplicados em cobertura 40 dias após à germinação.

# NOVOS PREÇOS MÍNIMOS FIXADOS PARA A SAFRA 1963/64

Eng.º Agr.º DOMINGOS DESGUALDO NETTO

O decreto 53 950 de 5/6/64 fixou novos preços mínimos de arroz e milho para a safra em curso, majorando os valores anteriormente fixados pelo decreto 52 445 de 3/9/63. Cumpre destacar que no intervalo entre tais decretos foram di-

vulgados níveis de preços que não chegaram a entrar em execução.

Para efeito de comparação dos preços anterior e atualmente vigentes estamos dando no quadro I ambas as cotações.

QUADRO I  
*Preços Mínimos Fixados Para a Safra 1963/64*

<i>Produto</i>	<i>Decreto 52 445, de 3/4/63</i>	<i>Decreto 53 950, de 5/6/64</i>
<b>ARROZ:</b>	Cr\$ por saca de 60 kg	
grãos longos .....	4 360	6 070
" médios .....	4 160	5 790
" curtos .....	3 730	5 195
<b>MILHO:</b>	Cr\$ por saca de 60 kg	
grãos duros .....	2 100	2 415
" moles .....	2 000	2 300

Do quadro II constam os preços mínimos de aquisição dos tipos básicos de arroz e milho na cidade de São Paulo. Evidentemente as despesas que representam porcentagem sôbre os preços aumentaram. Do

montante apurado para São Paulo deduzindo-se as despesas de manuseio, carrêto à estação (de produto colocado na cidade) e frete até São Paulo, também aumentados, determina-se o preço em diversas localidades do interior.

QUADRO II

*Preços Mínimos de Aquisição de Arroz e Milho*  
*Decretos 52 445 e 53 950*

Preço garantido do produto pósto São Paulo	ARROZ — Cr\$/saca 60 kg, em casca, grãos médios		MILHO — Cr\$/saca 60 kg, grãos moles	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual
	4 160,00	5 790,00	2 000,00	2 300,00
Deduções:				
1) I. V. C. ....	241,30	347,40	116,00	138,00
2) Despesas de reexpurgo ....	—	—	24,00	53,40
3) 1% de ônus eventuais ....	41,60	57,90	20,00	23,00
4) 1% comissão de compras ...	41,60	57,90	20,00	23,00
Total das deduções .....	324,50	463,20	180,00	237,40
Preço de aquisição na cidade de São Paulo .....	3 835,50	5 326,80	1 820,00	2 062,60

*Preços de aquisição em diversas cidades do interior*  
*(deduzindo manuseio, carrêto estação e frete até São Paulo)*

1) Adamantina .....	3 536	4 825	1 542	1 624
2) Baurú .....	3 606	4 994	1 612	1 666
3) Campinas .....	3 715	5 126	1 722	1 898
4) Marília .....	3 580	4 904	1 576	1 676
5) Ourinhos .....	3 598	4 171	1 605	1 743
6) Presidente Prudente .....	3 568	4 895	1 575	1 667
7) S. José do Rio Prêto .....	3 585	4 908	1 591	1 680
8) Taubaté .....	3 716	5 193	1 722	1 901

Como o produtor terá que se habilitar à venda ou ao financiamento com o produto previamente depositado em armazéns credenciados pela C. F. P., arcará com despesas antecipadas

de sacaria, classificação, expurgo (quando fôr o caso), seguro, e armazenagem por um mês, o que representa nos dois decretos um aumento no segundo caso conforme quadro III.<sup>(1)</sup>

QUADRO III

*Despesas Antecipadas (Cr\$/saca de 60 kg)*

	Anterior	Atual	Diferença
Arroz em grão .....	273	358	+ 85
Milho .....	293	378	+ 85

Os valores acima, subtraídos daqueles constantes do quadro II, fornecem o preço líquido em algumas localidades, conforme quadro IV.

(1) As despesas referentes ao decreto 52 445, correspondem aos níveis de custo da data do decreto.

QUADRO IV  
Preços Líquidos em Algumas Localidades

Cidades	ARROZ		MILHO	
	Cr\$/saca 60 kg grãos médios		Cr\$/saca 60 kg grãos moles	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual
São Paulo .....	3 562	4 968	1 527	1 684.
Adamantina .....	3 263	4 467	1 249	1 246
Marília .....	3 307	4 546	1 283	1 298
Presidente Prudente .....	3 295	4 527	1 282	1 289

Verifica-se que o segundo decreto cresceu, sobre o primeiro, cerca de 40% no preço do arroz e 15% no do milho, para o produto pôsto São Paulo. No interior o arroz terá êsse mes-

mo acréscimo de 40%. Todavia tal não acontecerá com o milho, o qual ficará praticamente no mesmo nível vez que houve grande aumento de despesas.

# ESTATÍSTICAS GLOBAIS DA AGRICULTURA PAULISTA

*Renda Bruta da Agricultura Paulista  
(em milhões de cruzeiros de valores correntes)*

Médias de quinquênios e anos	Produtos alimentícios		Total	Matéria prima para indústria	Produtos de ex- portação	Total geral
	Origem vegetal	Origem animal				
Média 1948/52	4 593,4	4 693,4	9 286,8	1 544,6	10 085,5	20 937,9
Média 1953/57	11 870,8	13 518,5	25 389,3	4 954,6	24 120,5	54 513,8
Média 1958/62	50 250,7	61 737,7	111 988,4	28 048,7	45 629,9	185 812,2
1948	4 378,6	3 374,6	7 753,2	1 165,2	6 637,0	15 572,9
1949	4 450,7	4 020,2	8 470,9	1 106,0	7 220,9	16 819,8
1950	4 379,1	4 382,5	8 761,6	1 489,6	10 295,9	20 563,9
1951	4 224,2	5 207,9	9 432,1	1 954,3	12 163,8	23 573,4
1952	5 533,7	6 481,8	12 015,5	2 007,9	14 109,9	28 159,3
1953	8 565,2	7 533,3	16 098,5	2 519,2	14 066,3	32 716,5
1954	10 008,3	10 155,5	20 163,8	3 829,1	24 898,2	48 925,3
1955	12 084,5	12 876,1	24 960,6	4 196,9	28 716,5	57 924,9
1956	12 357,4	17 303,8	29 661,2	5 970,2	22 460,8	58 150,7
1957	16 338,8	19 723,8	36 062,6	8 257,4	30 460,7	74 851,8
1958	20 779,9	24 636,5	45 416,4	9 981,1	24 615,4	80 116,3
1959	28 325,6	34 321,0	62 646,6	14 352,1	39 184,4	116 319,1
1960	37 459,9	53 681,7	91 141,6	22 045,7	35 381,0	148 773,3
1961	57 327,9	78 399,0	135 726,9	32 622,9	61 004,8	229 477,1
1962	107 360,3	117 650,1	225 010,4	61 241,7	67 963,7	354 374,9
1963(*)	189 201,0	179 442,0	368 643,0	112 932,7	154 561,1	636 382,4

FONTE: Divisão de Economia Rural.  
Os dados deste quadro retificam os anteriormente publicados.  
(\*) Dados preliminares.

*Renda Bruta da Agricultura Paulista*  
(em milhões de cruzeiros)

Produtos	M é d i a s			A n o s			
	1948/52	1953/57	1958/62	1960	1961	1962	1963
Café .....	6,781,3	19 560,7	28 829,8	21 497,0	40 341,0	32 188,0	106 050,0
Bovinos .....	2 730,6	7 035,1	32 676,5	29 059,0	41 914,6	62 673,9	92 463,0
Algodão em caroço .....	3 294,5	4 531,9	16 594,5	13 726,8	20 388,9	35 350,4	47 794,8
Arroz em casca .....	1 657,8	3 993,3	13 450,4	9 295,0	13 596,0	29 682,0	63 240,0
Milho .....	1 421,5	3 507,0	16 705,5	10 469,0	21 168,0	36 531,0	56 896,0
Cana de açúcar .....	807,1	3 237,2	15 626,2	13 016,5	17 597,1	32 420,1	68 919,8
Leite .....	884,7	2 974,3	14 926,5	11 491,2	19 474,5	30 481,9	43 971,8
Ovos .....	491,3	1 954,1	8 024,0	7 489,6	9 358,9	14 067,6	24 469,2
Batata .....	538,1	1 522,9	6 049,7	4 650,6	6 569,8	12 799,8	20 445,0
Suínos .....	586,8	1 555,0	6 110,8	5 641,9	7 651,0	10 426,7	18 538,0
Amendoim em casca .....	360,0	852,7	7 085,3	6 324,1	9 651,6	14 084,6	20 262,0
Feijão .....	355,2	983,7	4 749,5	6 008,0	3 508,8	10 068,8	15 055,2
Tomate .....	238,2	621,9	3 595,0	2 694,4	4 848,3	7 568,0	15 836,3
Mandioca .....	165,7	590,6	4 115,0	1 769,0	3 810,2	12 025,0	20 010,0
Laranja .....	73,3	469,0	2 598,8	1 768,7	2 715,3	5 976,0	11 124,0
Banana .....	221,0	521,8	2 070,2	1 917,3	2 872,1	3 665,4	4 200,1
Cebola .....	88,3	251,3	1 031,5	656,9	2 049,6	1 069,3	2 403,9
Mamona .....	111,4	158,2	958,4	627,3	1 206,9	2 259,6	3 244,0
Alfafa .....	27,1	49,4	145,2	205,0	122,5	159,1	245,6
Casulo .....	20,6	43,7	133,7	198,7	186,2	181,6	262,2
Soja .....	1,9	24,5	93,3	62,5	125,8	225,3	226,7
Menta .....	64,3	42,8	24,9	45,4	16,2	21,1	20,0
Chá preto .....	9,7	27,9	205,5	157,2	274,9	425,3	716,3
Gergelim .....	13,6	4,8	12,0	2,2	28,9	24,4	8,0



*Renda Bruta da Agricultura Paulista*  
em milhões de cruzeiros  
(Em Valores Constantes — Cr\$ de 1948/52)<sup>(1)</sup>

Médias de quinquênios e anos	Produtos alimentícios		Total	Matéria prima para indústria	Produtos de ex- portação	Total geral
	Origem vegetal	Origem animal				
Média 1948/52	4 681,7	4 658,6	9 340,4	1 529,1	9 913,2	20 804,0
Média 1953/57	5 523,9	6 094,1	11 618,0	2 204,3	11 255,4	25 100,3
Média 1958/62	6 982,4	8 729,4	15 711,8	3 810,9	7 067,6	26 615,2
1948	5 473,2	4 218,2	9 691,5	1 456,5	8 296,2	19 466,1
1949	5 175,2	4 674,6	9 849,9	1 286,0	8 396,4	19 557,9
1950	4 561,6	4 565,1	9 126,7	1 551,7	10 724,9	21 420,7
1951	3 771,6	4 649,9	8 421,5	1 744,9	10 860,5	21 047,7
1952	4 427,0	5 185,4	9 612,4	1 606,3	11 287,9	22 527,4
1953	5 948,0	5 231,5	11 179,4	1 749,4	9 768,3	22 719,8
1954	5 499,0	5 580,0	11 079,0	2 103,9	13 680,3	26 882,0
1955	5 673,5	6 045,1	11 718,6	1 970,4	13 482,0	27 194,8
1956	4 865,1	6 812,5	11 677,6	2 350,5	8 842,8	22 894,0
1957	5 634,1	6 801,3	12 435,4	2 847,4	10 503,7	25 811,0
1958	6 316,0	7 488,3	13 804,4	3 033,8	7 481,9	24 351,5
1959	6 239,1	7 559,7	13 798,8	3 161,3	8 630,9	25 621,0
1960	6 403,4	9 176,4	15 579,8	3 768,5	6 048,0	25 431,3
1961	7 139,2	9 763,3	16 902,5	4 062,6	7 597,1	28 577,5
1962	8 814,5	9 659,3	18 473,4	5 028,1	5 580,0	29 094,8
1963(*)	8 988,2	8 524,6	17 512,7	5 365,0	7 342,6	30 232,0

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(\*) Dados preliminares.

(1) Valores correntes deflacionados pelo Índice "2" da revista "Conjuntura Econômica" (ano base: 1948/52).

*Índices de Renda Real da Agricultura Paulista*<sup>(1)</sup>  
1948/52 = 100

Médias de quinquênios e anos	Produtos alimentícios		Total	Matéria prima para indústria	Produtos de ex- portação	Total geral
	Origem vegetal	Origem animal				
Média 1948/52	100	100	100	100	100	100
Média 1953/57	118	131	124	144	113	121
Média 1958/62	149	187	168	249	71	128
1948	117	91	104	95	84	94
1949	110	100	105	84	85	94
1950	97	98	98	101	108	103
1951	81	100	90	114	109	101
1952	95	111	103	105	114	108
1953	127	112	120	114	98	109
1954	117	120	119	138	138	129
1955	121	129	125	129	136	131
1956	104	146	125	154	89	110
1957	120	146	133	186	106	124
1958	135	161	148	198	75	117
1959	133	162	148	207	87	123
1960	137	197	167	246	61	122
1961	152	210	181	266	77	137
1962	188	207	198	329	56	140
1963(*)	192	183	187	351	74	145

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(\*) Dados preliminares.

(1) Valores correntes deflacionados pelo Índice "2" da revista "Conjuntura Econômica" (ano base: 1948/52).

*Índices de Volume Produzido pela Agricultura de São Paulo<sup>(1)</sup>*

1948/52 = 100

Anos	Produtos alimentícios de consumo interno			Matéria prima para indústria (8 prod.)	Produtos exportação (3 prod.)	G e r a l	
	Produtos vegetais (8 prod.)	Produtos animais (4 prod.)	Geral (12 prod.)			sem café (23 prod.)	(24 prod.)
1948	96	91	94	95	111	88	102
1949	100	99	99	84	97	98	97
1950	115	102	108	92	85	99	96
1951	100	102	101	113	92	102	97
1952	89	106	98	116	115	113	108
1953	93	111	102	120	99	105	102
1954	114	120	117	143	107	115	114
1955	107	124	115	144	120	116	120
1956	94	142	119	148	88	114	106
1957	113	152	133	176	109	121	125
1958	121	168	145	228	112	137	136
1959	122	167	145	249	155	143	158
1960	149	162	155	243	95	150	133
1961	158	168	163	274	119	158	150
1962	156	171	164	315	79	170	135
1963(*)	189	143	165	287	113	164	150

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Índices construídos pelo modelo Laspeyres, com ponderação fixa nos preços médios verificados no quinquênio de 1948/52.

(\*) Dados preliminares.

*Índices de Preços Agrícolas em São Paulo*

1948/52 = 100

Anos	Índice geral dos preços agrícolas (24 prod.)	Índice geral menos café (23 prod.)	Índice produtos alimentícios de consumo interno		Índice matérias primas para indústria (8 prod.)	Índice produtos para exportação (3 prod.)	Índice geral de preços no Brasil(1)
			Geral (12 prod.)	Vegetais (8 prod.)			
1948	74	85	88	96	78	61	80
1949	81	88	91	96	88	72	86
1950	103	89	88	82	104	117	96
1951	114	111	100	91	112	129	112
1952	126	126	133	134	118	121	125
1953	155	155	176	202	139	140	144
1954	204	176	190	197	174	223	182
1955	231	220	241	248	188	229	213
1956	259	252	271	274	274	246	254
1957	283	285	301	323	308	264	290
1958	282	319	351	387	278	219	329
1959	370	438	487	522	380	258	454
1960	516	617	661	561	609	368	585
1961	726	874	930	795	786	528	803
1962	1 198	1 425	1 620	1 673	1 213	805	1 218
1963(2)	1 956	2 300	2 550	2 535	2 359	1 341	2 105

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Índice baseado no Índice "2" de "Conjuntura Econômica". (Média ponderada dos índices de preços por atacado, custo de vida e custo de construção).

(2) Dados preliminares.

*Índices de Preços Agrícolas em São Paulo*  
1948/52 = 100

<i>A n o s</i>	<i>Café beneficiado</i>	<i>Algodão em caroço</i>	<i>Arroz em casca</i>	<i>Milho</i>	<i>Mamona</i>	<i>Feijão</i>	<i>Amen-doim doim em casca</i>	<i>Batata</i>	<i>Caná de açúcar</i>
1948	53	79	99	94	71	135	89	98	80
1949	69	79	114	98	50	68	86	67	98
1950	130	88	75	71	108	74	106	125	103
1951	122	144	71	97	154	94	109	106	106
1952	126	109	139	140	117	129	109	105	114
1953	158	101	261	168	108	214	147	179	120
1954	263	135	258	138	117	135	199	202	168
1955	254	174	252	266	175	345	168	171	200
1956	272	188	339	282	317	442	250	199	280
1957	282	226	387	279	287	414	352	251	294
1958	205	248	481	343	279	281	283	298	274
1959	230	321	524	511	412	987	385	397	375
1960	309	499	575	452	725	1 157	768	446	542
1961	426	752	701	902	842	950	914	664	711
1962	739	951	1 980	1 240	1 400	3 264	1 137	1 316	1 165
1963(1)	1 253	1 534	3 585	1 591	2 067	3 535	1 857	2 118	2 851

FONTE: Divisão de Economia Rural.

Nota: Índices calculados a partir dos "preços médios recebidos pelos lavradores".

(1) Dados preliminares.